

# INDUSTRIALIZAÇÃO E GRANDES PROJETOS

DESORGANIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

Edna Castro  
Edila A. F. Moura  
Maria Lúcia Sá Maia  
(ORGANIZADORAS)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

**EDNA CASTRO  
EDILA A. F. MOURA  
MARIA LÚCIA S. MAIA**

***INDUSTRIALIZAÇÃO E GRANDES PROJETOS***

***Desorganização e Reorganização do Espaço***



Belém - 1995

Título e texto amparados pela Lei n. 5 988 de 14 de dezembro de 1973

## **EDITORA DA UFPA**

**Diretor:** Ivan Cardoso Costa

**Editores Executivos:** Ivan Cardoso Costa  
Maria das Dores Sarmento

**Composição Gráfica:** Armin Mathias

**Capa:** Marcus Reis de Queiroz

**Foto:** Edna Castro

**Revisão:** A cargo das organizadoras

ISBN: 85-247-0123-4

Edna Castro, Edila A. F. Moura, Maria Lúcia Sá Maia,  
orgs.

I42 Industrialização e Grandes Projetos:  
Desorganização e Reorganização do Espaço.  
Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995.

410 p.

1. Industrialização. 2. Grandes projetos. I. Castro, Edna,  
org. II. Moura, Edila A. F., org. III. Maia, Maria Lúcia Sá,  
org.

CDD - 20° 338

# SUMÁRIO

Prefácio

*Jean Hébette*

Introdução

*Edna Castro*

1

## **Parte I:**

### ***Grandes Projetos, Padrões Tecnológicos e Divisão Internacional do Trabalho***

Os grandes Projetos: Sistema de Ação e Dinâmica

Espacial

*Milton Santos*

13

Padrões Tecnológicos e Formas de Ocupação da

Fronteira

*Sérgio C. Buarque*

21

A Desorganização do Grande Projeto

*Lúcio Flávio Pinto*

47

Grandes Projetos e o Sistema Financeiro Internacional

*Milton Santos Filho*

59

A Divisão Internacional do Trabalho e a Nova Indústria

do Alumínio na Amazônia

*Frederico Tarsitano Neto*

71

## **Parte II:**

### ***Industrialização, Processos de Trabalho e Modelos de Gestão Empresarial***

Industrialização, Transformações Sociais e Mercado de

Trabalho

*Edna Castro*

91

A Política e a Questão Regional na Indústria Petroquímica Brasileira 1987-1991 <i>Philip Gunn</i>	121
Desenvolvimento Industrial do Maranhão: Ensaio Sócio- econômico e Histórico <i>Raimundo Moacir M. Feitosa &amp; Évila Brito Ribeiro</i>	139
Os Efeitos da Siderurgia sobre o Mercado de Trabalho na Amazônia <i>Sérgio Bacury de Lira</i>	171
O Programa Grande Carajás e a Dinâmica Política na Área de Influência da Ferrovia: Políticas Públicas e Poder Local na Amazônia <i>Marcelo Sampaio Carneiro</i>	187
<b><i>Parte III:</i></b>	
<b><i>Grandes Projetos, Territorialidade e Grupos Atingidos</i></b>	
Da Farinha ao Alumínio: os Caminhos da Modernidade na Amazônia <i>Maria Lúcia Sá Maia &amp; Edila A. Ferreira Moura</i>	223
A Política Social da Albrás Destinada às Populações Ribeirinhas <i>Joaquina B. Teixeira &amp; Edelweiss Oliveira</i>	261
Barragem de Itaparica: Indagações Sobre a Reconstrução da Base Familiar da Produção Agrícola <i>R. Parry Scott &amp; M. Auxiliadora Ferraz de Sá</i>	285
Grandes Projetos e Terras de Negro: Conflito e Resistência no Trombetas <i>Rosa Acevedo &amp; Edna Castro</i>	301

***Parte IV:***

***Ecologismo, Universidade e Propostas Alternativas  
da Pequena Produção Agrícola e Extrativista***

Grandes Projetos, Universidade e Propostas Alternativas  
na Pequena Produção

*Philippe Léna* 337

Amazônia: Modelos Econômicos, Ideologia e História

*Francisco de Assis Costa* 345

Além dos Pequenos e Grandes Projetos: o papel da  
Universidade

*Jean Hébette* 361

A desmistificação do Extrativismo Vegetal na Amazonia

*Alfredo K. Oyama Homma* 371

Associações e Sindicatos Rurais: Onde Está o Dilema?

*Maria Emilia Lisboa Pacheco & Jean-Pierre Leroy* 387

## INTRODUÇÃO

*Edna Castro*

Esta obra resulta do seminário "Grandes Projetos, Desorganização e Reorganização do Espaço", promovido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - Universidade Federal do Pará - e Associação Nacional de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (ANPUR). Os artigos aqui contidos foram elaborados na perspectiva de avaliar as políticas desenvolvimentistas centradas sobre um modelo de "investimentos de grande porte". A intenção inicial foi reunir estudiosos da área de desenvolvimento regional que partilhassem de interesses comuns no estudo dos processos de mudanças ocorridos em regiões onde foram instalados, na última década, grandes projetos industriais e hidrelétricos.

De certa forma, vários trabalhos apresentados acabaram priorizando a análise de grandes obras localizadas na região amazônica. No entanto, outros engajaram um debate sobre a crise econômica e tecnológica da sociedade, do âmbito internacional ao regional. Visibilizaram efeitos dessa crise no seio da produção do saber científico e sinalizaram para novos paradigmas, que talvez se imponham como grade de leitura e de compreensão das sociedades contemporâneas. Chamaram atenção sobre o espaço regionalizado e as políticas que o tem procurado ordenar, sobre as novas relações entre saber e poder materializadas na ocupação do espaço por diferentes atores sociais, e ainda, sobre as recentes formas de investimentos que se fortalecem pela gestão política do território e de seus recursos naturais.

Os paradigmas das ciências sociais que sustentaram a partir dos anos 60 o debate sobre a questão regional, a vincularam a princípios valorativos de desenvolvimento e progresso. A noção de progresso e as ações práticas de intervenção no espaço, resultante dessa perspectiva desenvolvimentista, se apoiavam num projeto de modernização. As pesquisas sobre hierarquização do espaço, migrações regionais, mobilidade do trabalho, polarização de cidades, redes urbanas e malhas de circulação, são exemplos desse tipo de abordagem. A essa dimensão valorativa, corresponde uma outra, a da suposta desordem social e espacial. O espaço da racionalidade técnica do planejamento é reafirmado. Mas, essa construção explicativa desmonta-se, como bem sabemos, pela falta de rigor conceitual e analítico. A própria realidade dessas últimas décadas demonstrou a inviabilidade desse pensamento como saber explicativo. Daí porque a crise econômica e social reinterroga, sob outras bases, a relação ciência/sociedade. Numa perspectiva crítica as ciências sociais perseguem o desafio de desvendar a ordem e a desordem, os processos que estruturam e desestruturam as relações sociais e portanto as dinâmicas sócio-culturais.

Na linguagem técnica, foi denominado como "grandes projetos" os empreendimentos ou complexos produtivos de grande porte identificados por massivos investimentos e instalados a partir dos anos 70. Eles têm sido associados direta ou indiretamente a programas governamentais, envolvendo um ou mais ministérios. Sob diferentes enfoques foram apropriados como objeto de conhecimento e de discussão, resultando em um número apreciável de publicações.

Alguns artigos desta coletânea adotaram "grande projeto" como noção auto-explicativa. Outros autores assumiram a construção de uma problemática, apresentando, de forma nem sempre explícita, as dificuldades (teóricas e metodológicas) enfrentadas no desenvolvimento de seu objeto de pesquisa. Mas se as contribuições

sobre essa temática têm se restringido a pequenos avanços no campo metodológico, o perfil dos trabalhos aqui apresentados revela sérias dificuldades teóricas na construção de problemáticas de pesquisa sobre os impactos sócio-ambientais desses grandes complexos. Sua leitura provavelmente indicará, aos interessados, outras referências importantes. Para além de convergências e divergências - teóricas, metodológicas - essa coletânea expressa a pluralidade de recortes pelos quais o tema vem sendo tratado pelas ciências sociais.

Identificando as relações complexas da sociedade de hoje, Milton Santos interroga sobre o conjunto de mudanças nas formas de produção e nos padrões de consumo, nos paradigmas tecnológicos e na organização do trabalho. Igualmente procura refletir sobre a comunicação e os códigos que se colocam em marcha, com o advento de uma sociedade informatizada, cujo sistema produtivo e a cultura em geral, absorvem crescentemente as inovações da automação micro-eletrônica. Numa perspectiva crítica, argumenta a estranheza ressentida pelos indivíduos frente a uma produção de objetos - de grandes a micro objetos - que as sociedades incorporam, nem sempre sem conflitos, sob condições de tempo e espaço que lhes são particulares. Porém essa visão das mudanças referidas à formação econômica regional, exige uma interpretação verticalizada com suportes em outros paradigmas.

Perspectiva integrada sugestivamente por Sérgio Buarque no artigo intitulado "Padrões Tecnológicos e formas de ocupação da fronteira", ao interrogar sobre os novos princípios da produção econômica. O processo de ocupação, as mudanças na estrutura produtiva e os padrões tecnológicos formam o tripé da reflexão do autor. Afirma ele que o novo paradigma tecnológico "altera radicalmente a dimensão e natureza da demanda mundial de recursos naturais. Este paradigma está baseado na microbiologia e nos novos materiais". Supõe a necessidade de informações e conhecimentos

intensivos e baseia-se na produção flexível e diferenciada. Diversidade e qualidade aliam-se a um processo produtivo flexível que prioriza novos valores culturais. Adotando contribuições de Edgard Morin, conceptualiza essa diversidade como um estágio elevado da modernidade. Nele os elementos criativos são a riqueza sócio-cultural e ecológica das sociedades complexas. A Amazônia pode ter um papel peculiar nas transformações dos padrões tecnológicos e num modelo (se ele é possível!), de desenvolvimento sustentável, em função de sua grande concentração de diversidade, de entropia.

Milton Santos Filho recorre ao conceito de divisão internacional do trabalho para compreender os processos econômicos e políticos atuais na Amazônia. Seu novo papel encontra-se redirecionado pelas imposições do sistema financeiro internacional e o fluxo de capitais. Como processo amplo, a divisão internacional do trabalho permite conferir o novo "na diversidade enorme do terceiro mundo", dada pelas decisões de investimentos do sistema financeiro, pelas relações entre grandes empresas mundiais. O autor passa em revista os conceitos de monopólio e de mercantilismo. O processo vigente de flexibilidade do capital e de concentração, está ligado às possibilidades de valorização do produto em termos financeiros.

Percorrendo a trajetória dos financiamentos das grandes obras na Amazônia, Lúcio Flávio Pinto aponta as negociações com o mercado mundial e o papel do Estado. Pontua alguns casos - Icomi, Jari, Albrás e Companhia Vale do Rio Doce - e processos de endividamento do sistema financeiro nacional. Chama a atenção para a formulação de discursos oficiais, no jogo da negociação financeira, em que o "fator amazônico" é um elemento "complicador da dívida". O avanço tecnológico é uma das vias de redução dos custos. O setor siderúrgico de forte expressão na economia amazônica organiza um processo de produção contínuo em insumos mais

adequados às novas tecnologias. As mudanças nas estruturas produtivas, como destaca Milton Santos Filho, e os padrões tecnológicos adotados na fase recente da economia mundial, incorporam novas interrogações sobre as condições e possibilidades de desenvolvimento regional

Impulsionadas pelo caráter da concorrência - crescimento intenso e globalizante que tem exigido uma redefinição nas estratégias de mercado - as empresas tem se reestruturado para reduzir custos e aumentar a produtividade do trabalho e do capital. Procuram nas engenharias e formas flexíveis de produção uma orientação em direção à demanda futura e às incertezas e riscos do mercado. Apesar da crise econômica, inúmeros estudos tem sinalizado que os mecanismos de reestruturação resultaram no aumento da produtividade do trabalho. Os sinais de retomada econômica em inúmeros países revela que o padrão de produção flexível se fortalece. Esses novos padrões organizacionais pós-fordísticos considerados como "modelo japonês", - não sem discordâncias por autores que vêem nele seja uma continuação do fordismo, seja a presença concomitante de múltiplos "novos" modelos, como o sueco, o toyotismo, o ohnismo etc. - serviram de base à reflexões contidas em alguns artigos. Tarsitano Neto ao tratar da reestruturação mundial da produção de alumínio, examina os impactos na Amazônia Oriental com a instalação da usina de alumínio da Albrás.

A emergência de um novo paradigma da produção industrial fundado na produção flexível, na revisão dos antigos princípios da organização do trabalho e na abertura do mercado mundial, nos anos 80, condiciona também novas estratégias de "avanço do conhecimento sobre os efeitos espaciais desse processo de reorganização econômica mundial, ou seja, sobre a divisão espacial do trabalho", na expressão de Philip Gunn ao analisar a indústria

petroquímica nacional na sua relação com a questão regional. O autor postula em seu artigo não ser a petroquímica o setor industrial mais indicado para se compreender os impactos da produção flexível, mas que o relato desse caso brasileiro "poderia ressaltar a importância dos condicionamentos institucionais que atuam sobre a produção e, especialmente, indicar a importância de um enfoque nacional para discutir a dimensão territorial da produção flexível". Conclui que a instalação dos Pólos de Camaçari (Bahia) e Triunfo (Rio Grande do Sul), representam uma das "maiores alterações nos padrões territoriais da economia" na segunda metade dos anos 70.

A especialização flexível, portanto, tem importantes desdobramentos na reorganização espacial, a nível regional e global. A problemática da "desorganização/reorganização do espaço" se insere, nesta perspectiva, como efeito plural dos processos mais amplos que têm se constituído como respostas às crises econômicas e tecnológicas, de nosso tempo. Maria Lúcia Maia e Edila Moura perseguem essa trilha procurando analisar alguns mecanismos e processos de reestruturação do "espaço físico e social", sobre populações nativas atingidas pela implantação de grandes obras. Explicitam como ocorre uma reelaboração de práticas sociais, alterando padrões de ocupação e uso das áreas em torno do parque industrial de alumínio da Albrás. Mostram a singularidade das práticas de gestão para fora do espaço fabril (sobre o território e as relações de trabalho) empreendidas por uma empresa moderna nas suas relações com a população e a cultura ribeirinhas, com efeitos desestruturadores bastante fortes.

Numa outra perspectiva que interroga sobretudo as relações de trabalho na região do Carajás, os autores identificam um movimento de assalariamento concomitante à expansão do mercado informal (Sérgio Bacury, Moacir Feitosa e Edna Castro) e à reprodução ampliada de formas precárias de trabalho no setor primário, como a

produção de carvão vegetal para utilização como insumo de base em usinas siderúrgicas (Sérgio Bacury, Moacir Feitosa e Marcelo Carneiro). Os processos de diversificação e especialização no mercado de trabalho da Região do Carajás, permitem fazer uma leitura sobre as formas de regulação ali encontradas (institucionais e individuais), os efeitos do recrutamento de mão de obra por grandes empresas, a terceirização e as práticas dos trabalhadores para entrada no mercado de trabalho.

Na pluralidade de temáticas que recobrem a produção de conhecimentos sobre a questão regional e grandes projetos, as pesquisas na área das ciências sociais têm relevado também a importância do lugar ocupado pelos estudos sobre propriedade e posse da terra (rural, urbana e de grupos étnicos), processos de expropriação camponesa, exclusão social, direito e cidadania, além das análises sobre diferentes categorias de trabalhadores e suas formas de luta, justamente por se tratarem de áreas sujeitas a intensas mudanças. Vários artigos desta coletânea percorrem essa perspectiva. Philippe Léna e Marcelo Carneiro mostram como os conflitos e tensões com a pequena produção agrícola localizada em zonas de fronteira industrial têm reafirmado que as prioridades dos investimentos, nos programas governamentais, sempre estiveram ao lado de estruturas empresariais e de propriedade da terra. Maria Lúcia Maia, Edila Moura e Joaquina Teixeira descrevem as negociações e mediações, entre Estado, empresa e população, na área pesquisada. Chamam atenção para os processos de expropriação e assentamento de categorias sociais (camponeses, pescadores e extratores, ribeirinhos ou não) em torno da indústria de alumínio, em Barcarena. Polivalência e saber prático sobre a natureza integram as experiências de ribeirinhos reelaborados nas organizações políticas (Maria Lúcia Maia e Edila Moura). Reconstituindo a história de grupos negros remanescentes de quilombos, alojados no alto rio Trombetas (Médio

Amazonas), Rosa Acevedo e Edna Castro procuram analisar a emergência de um novo campo de conflito vivido por esse grupo étnico, a partir da instalação do complexo usina-vila-porto, para extração de bauxita (Mineração Rio do Norte), e o início dos estudos de viabilidade da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira, em 1979. Os processos desencadeados em zonas de grandes projetos, tendem a potencializar uma diferenciação política, visível sobretudo a nível local, e registrados em alguns trabalhos aqui apresentados.

É possível portanto perceber, na resistência das populações atingidas pelos "impactos" de grandes obras, como se montam estruturas de decisão e se desenvolvem mediações nas diferentes instâncias das lutas em defesa e conquista de direitos. Tema recente porém já tratado com certa profundidade em algumas obras, cujos autores desenvolveram trabalhos minuciosos, identificando os processos de resistência e as formas de negociação empreendidas por diferentes atores sociais, na defesa de seus territórios e modos de vida em áreas onde se construíram grandes hidrelétricas (Itaipú, Sobradinho, Itaparica, Tucuruí, Balbina, etc.). Parry Scott e Auxiliadora Ferraz contribuem com tal debate nacional e trazem a esta coletânea um olhar que particulariza os efeitos da construção da barragem de Itaparica, as condições da expropriação camponesa e as formas de recomposição da unidade produtiva familiar, naquela região.

Agricultura, extrativismo e ecologia se (re)encontram no debate político sobre a Amazônia, marcadamente polêmico. A partir de fins dos anos 80, antigas interrogações sobre extrativismo e agricultura são redirecionadas pela imposição de um novo debate, nacional e internacional, que associava, no campo simbólico, a Amazônia à ecologia. Esse novo lugar da região na "consciência ecológica internacional", como se refere Francisco Costa, funciona como instância de mediação dos discursos preservacionistas locais,

proferidos por diferentes atores (agentes do Estado, empresários, grupos étnicos e trabalhadores). Os conflitos em torno da propriedade e posse da terra que tem incorporados a dimensão ambiental, constituem elementos mobilizadores em torno de projetos alternativos na pequena produção, como expressa Jean Hébette ao indicar a associação entre ações de desenvolvimento e pesquisa, a exemplo do Centro Agro-Ambiental do Tocantins.

Esta coletânea representa uma contribuição ao interessante debate desenvolvido nos últimos anos por diferentes interlocutores - pesquisadores, técnicos, sindicalistas, assessores de organizações camponesas etc. - sobre a questão extrativista na Amazônia. Para Alfredo Homma é necessário considerar produtividade, rentabilidade do trabalho e competitividade de mercado, no referente às práticas extrativas. Considera que o extrativismo mantém um "espaço de dimensão relativa", mas tendendo ao desaparecimento por pressões da economia de mercado. Por outra via de análise, Francisco Costa conclui que "as condições objetivas dos ecossistemas amazônicos contrariaram historicamente e continuam colocando problemas à homogeneidade agrícola. Para esse autor, a problemática se constroi numa perspectiva teórica interrogando sobre natureza, possibilidades e limites dos ecossistemas amazônicos e sobre estruturas econômicas, sociais e políticas percebíveis pela análise da dinâmica dos atores sociais dessa região.

As pesquisas sobre a Amazônia recolocam questões sobre viabilidade e reprodução da pequena produção. Philippe Léna considera que a "médio e longo prazo, a pequena agricultura só sobreviverá se for capaz de gerar um excedente comercializado crescente que permita ao agricultor acompanhar os progressos do poder aquisitivo urbano sem grande defasagem", pela via da incorporação de tecnologia. Maria Emília Pacheco e Jean Pierre Leroy apontam para as dificuldades de encaminhamento de propostas

comuns tendo em vista a diversidade dos segmentos camponeses no Brasil. Diferenças que aparecem no exercício prático nos variados processos de trabalho e nas formas de posse e propriedade da terra. Para os autores, talvez nas propostas alternativas de desenvolvimento agrícola se encontrem as chaves de maior engajamento e unidade nas práticas políticas destas categorias. A construção de projetos alternativos de desenvolvimento, nessa perspectiva, exige a incorporação dos princípios de preservação do patrimônio genético, de agricultura sustentável baseada nas peculiaridades dos ecossistemas e também, de organização do espaço regional.

O conjunto de trabalhos aqui reunidos, talvez mais do que apresentar respostas verticalizadas, interroga sobre a pertinência de enfoques teóricos e metodológicos, e, conseqüentemente, das problemáticas construídas, em relação às novas questões que se apresentam hoje às ciências sociais. Nessa perspectiva, é necessário encontrar caminhos que permitam reler a sociedade contemporânea.

Trata-se, aqui, de apreender, de avaliar os resultados da construção de um modelo analítico que, superando os dados da realidade, articule outra tentativa de explicação. De uma forma especial, a proposta do seminário foi superar certa banalização do debate sobre a questão regional pela construção de um objeto de conhecimento que provém de um trabalho de empiria - a exemplo da descrição de "cada projeto" - mas sobretudo por interrogações sobre as diferentes dimensões da mudança social, consideradas as premissas da multidimensionalidade do fenômeno e da complexidade dos processos sociais.

# INDUSTRIALIZAÇÃO, TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E MERCADO DE TRABALHO\*

Edna Castro\*\*

## Introdução

Transcorrida quase uma década desde a implantação, em 1985, dos maiores projetos industriais do Programa Grande Carajás (PGC) na Amazônia, nos interrogamos sobre as transformações sociais e econômicas desencadeadas no âmbito do trabalho, nas áreas urbanas.

As mudanças sócio-econômicas que tentamos demonstrar inscrevem-se no curso de uma industrialização que se faz à base de exploração intensiva de recursos naturais e da geração de empregos de natureza precária. Mas que é contemporânea a um processo de globalização que se caracteriza, em síntese, pela recomposição de forças políticas via articulação de grandes empresas industriais e financeiras em busca de unificação de mercados; pelo reforço aos processos de concentração e centralização de capitais, redefinindo e

---

\* Este artigo reúne reflexões formuladas à partir da pesquisa "Exploração Mineral na Amazônia e Transformação nas Relações de Trabalho" (UFPA/NAEA) realizada com apoio da Fundação Ford. e do CNPq, beneficiando-se do *approche* teórico construído pelo GT Relações de Trabalho & Relações de Poder, do qual fazíamos parte. Este trabalho foi publicado originalmente com o título *Transformations Sociales et Marché du Travail dans la Région du Programme Grande Carajas*, no Cahiers du Brésil Contemporain, n° 21, 1993, do Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain, MSH/IHEAL (Paris).

\*\* Professora da Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

intensificando a competição inter-empresarial, o que tem resultado em número expressivo de empresas falidas; e pelas mudanças importantes verificadas no mundo do trabalho. Essas alterações tecnológicas se dão graças ao avanço da informática, facilitando adaptações dos processos de trabalho à produção flexível, mas também pela implantação de uma nova engenharia da gestão do trabalho, com técnicas participativas e de controle de qualidade, "enxugando" a máquina de pessoal. Embora melhore a produtividade, um dos resultados desses mecanismos é a geração de uma nova dimensão do "desemprego estrutural". A terceirização como prática incentivada sobretudo pelas grandes empresas, inclusive as do Programa Grande Carajás, insere-se nesse processo de globalização provocado pela intensificação da concorrência capitalista. A questão é saber se essa industrialização na Amazônia pode ser compreendida pelas mesmas dimensões que a associaram com o desenvolvimento, em outros países ou regiões. A nosso ver, impõe-se construir de outra maneira a problemática da industrialização e condições metodológicas de sua compreensão, que não descarte o conjunto das relações de trabalho - assalariadas ou não - reveladoras dos custos sociais locais da implantação desses empreendimentos.

Razão pela qual entendemos a importância de levar em conta certas dimensões e particularidades de seu mercado de trabalho. Primeiro, por tratar-se de uma região de fronteira industrial<sup>1</sup>, cujos novos empreendimentos representam o alargamento da relação salarial e a presença de novas formas de regulação no mercado de trabalho influenciando nas estratégias de fixação da mão-de-obra que

---

<sup>1</sup> A noção de "fronteira" tem sido objeto de debate polêmico no contexto das análises sobre as relações sociais e políticas no meio rural (fronteira agrícola). Neste texto o termo é utilizado para designar o espaço onde as relações sociais (no campo do trabalho e fora dele) são transformadas pela presença de múltiplos atores e incorporando, em alguns casos, processos industriais novos.

transita nessa "fronteira" em busca de possibilidades de trabalho menos provisórias. Isso tem provocado processos de recomposição social e política marcadamente diferente de outras regiões. Por outro lado, esse mercado evolui também pela forte presença do Estado - através dos empreendimentos estimulados direta ou indiretamente pelo PGC - e pelos interesses das empresas que se instalam e interferem em sua regulação. Os grandes equipamentos com controle eletrônico destinados às fases preliminares de transformação industrial, como os utilizados pela CVRD no setor de produção mineral, de certa forma estão associado, através das usinas do PGC, à processos e tecnologias tradicionais presentes nos setores de madeira e de siderurgia (guseiras). Ainda sobre o plano da tecnologia, as siderúrgicas e as usinas de madeira já se instalam com procedimentos ultrapassados, obsoletos e a gestão patronal organiza-se a partir de relações bastante autoritárias que facilitam uma exploração intensiva da força de trabalho. As exigências de qualificação para parcela reduzida da massa de trabalhadores se realiza ao lado de uma produção maior de empregos precários e instáveis, marcando a face social das cidades que crescem nas cercanias desses grandes empreendimentos industriais.

A compreensão sobre essas mudanças passa pela identificação das rupturas nas estruturas produtivas tradicionais e das possibilidades e limites de sua reprodução. Mas também pelo reconhecimento do que há de novo quanto aos processos técnicos e às relações de trabalho presentes nesse cenário regional. A porta de entrada aqui adotada privilegia a análise das estratégias empresariais e dos mecanismos de negociação no mercado de trabalho, por parte de seus atores principais: Estado, empresas e trabalhadores. Que práticas estão sendo introduzidas por essas empresas para responder às suas necessidades de mão-de-obra? Constituem-se como práticas que tendem a estruturar de forma mais estável esse mercado? Ou se

trataria de uma recombinação de regras já presentes, implícita ou explicitamente, no mercado?

As observações empíricas aqui tratadas referem-se a algumas das cidades que sofreram fortes impactos devido a instalação de projetos industriais e de serviços do PGC - com crescente terceirização via sub-contratação de empresas prestadoras de serviços - entre elas Marabá e Parauapebas no Estado do Pará e de Açailândia no Estado do Maranhão. Trata-se de espaços recortados de forma significativa nas décadas de 60 e 70 pelos incentivos fiscais da Sudam e da Sudene destinados à exploração de madeira e gado e marcados por intensa penetração de migrantes de origem rural provenientes de zonas de conflitos em outras regiões do país. Os fluxos demográficos foram facilitados pelas rodovias Belém-Brasília, Transamazônica, PA-70, Pará-Maranhão e mais recentemente pela Estrada de Ferro Carajás<sup>2</sup>.

## **Industrialização e Formação do Mercado de Trabalho**

A ampliação do assalariamento nessa fronteira industrial teve como elemento impulsionador a instalação de novos empreendimentos mas também da reestruturação de atividades

---

<sup>2</sup> São exemplos, cidades como Marabá, Parauapebas, Tucuruí, Barcarena(PA) e Açailândia (MA) que se situam entre aquelas, apresentando taxas elevadas de crescimento populacional nos respectivos Estados. Observou-se profundas mudanças nas formas de uso do espaço e dos recursos ali contidos. Tais mudanças em parte são resultantes de um estado de conflitualidade entre atores que se disputam em função de interesses, representações e práticas antagônicas a respeito do uso e apropriação desse espaço. Nesse sentido, o cotidiano e os modos de vida mudaram bastante. Os trabalhadores e suas famílias foram submetidos a novos impasses (objetivos e subjetivos) como, por exemplo, aqueles que concernem à impossibilidade de reproduzir estruturas anteriores de trabalho autônomo.

produtivas e dos efeitos nelas provocados pois trata-se de uma região onde a economia baseada no trabalho familiar ocupava e ocupa ainda lugar importante na reprodução social.

Tal dinâmica interferiu diretamente na organização do mercado de trabalho diversificando-o segundo setor e ramos de atividades, ocupações, qualificações, salários, políticas empresariais e gestão da mão-de-obra. Ao se implantarem com relativa concentração geográfica e num lapso de tempo reduzido, concentraram igualmente os impactos econômicos e sociais sobre certos mercado de trabalho urbanos ( a construção civil e os serviços são característicos). Uma análise mais verticalizada sobre a diferenciação quantitativa e qualitativa entre esses mercados resta ainda um trabalho a ser feito.

Os novos processos de trabalho exigiram diversificação da estrutura produtiva e no perfil ocupacional da mão-de-obra, consolidando também a predominância do regime assalariado, nos espaços urbanos. Cabe ressaltar que a expansão do assalariamento na Amazônia não representa maior importância na alteração dos dados agregados, à nível nacional, se examinado do ponto de vista quantitativo de sua população ou da participação regional no PNB. Certamente não seria tampouco indicador de retomada do emprego ou de sucesso/insucesso de uma política neo-liberal de saída da crise, pois se trata de uma situação singular de "fronteira", cujos dados devem ser avaliados cuidadosamente e a ela referidos. É certo que algumas zonas urbanas do país tem demonstrado melhor desempenho frente à crise, experimentando processos de reestruturação no mercado de trabalho, ainda que os dados nacionais apontem a tendência da queda na taxa do emprego<sup>3</sup>. A implantação de Controle Total de Qualidade (TQC), e outras estratégias de produção flexível e

---

<sup>3</sup> Ver de DEDECCA, C. Un Bilan sur l'évolution de l'emploi et du revenu au Brésil. Actes du Colloque de Chantilly. Décembre 1993. Paris.

de novos processos de engenharia são exemplos desse esforço, no país. Nesse sentido, as análises aqui contidas não podem responder ao debate nacional sobre emprego, desemprego, crise econômica, e enfim, às questões que remetem à dinâmica do mercado de trabalho nacional. Os dados aqui examinados estão referidos tão somente a uma dinâmica local, regional, enquanto espaços de trocas e de confrontamentos diretos entre seus atores sociais. Provavelmente é a nível local (urbano ou rural) que se pontualizam no Brasil de hoje, as principais transformações sobretudo de caráter político que tem interferido em mudanças econômicas, como apontado em pesquisas recentes.

A intensa mobilização de mão-de-obra em direção à Amazônia oriental é seguramente anterior aos grandes projetos minerais. Desde fins dos anos 60, houve intensos fluxos migratórios sobretudo por camponeses expulsos da terra em outras regiões do país onde a modernização do campo empurrou em processo contínuo trabalhadores e famílias em direção à Amazônia. Nesse sentido há um deslocamento espacial da pobreza e da exclusão social. Os programas de colonização reforçaram esse processo. Os investimentos aplicados e os fluxos migratórios contribuíram à expansão do mercado de trabalho assalariado e definiram as bases de sua constituição. É corrente a correlação entre emprego e interrupção de trajetória migratória que pode ser temporária ou definitiva. De certa forma há um cruzamento desse processo com um outro que eu chamaria de "oportunidades e reorientações no percurso migratório" traduzido pelo movimento em direção a novos espaços da fronteira.

Examino tres grupos de empresas definidos a partir dos seguintes indicadores: setor de atividade, histórico da ocupação, tecnologia, processo de trabalho e relações de poder. Esses grupos são: 1. empresas do setor madeireiro e da construção civil; 2.

empresas siderúrgicas (guseiras) e 3. empresas do setor minero-metalúrgico.

### Empresas madeireiras e da construção civil

As serrarias tiveram um papel importante na constituição de um mercado de trabalho em cidades como Marabá, Parauapebas e Açailândia. Representam, para muitos trabalhadores, a primeira etapa de uma trajetória de assalariamento. Contribuem portanto para formar uma primeira geração de operários. Este mercado de trabalho constitui-se como bolsão de emprego e porisso, local de recrutamento para outros municípios, como constatou-se em Açailândia o agenciamento contínuo de centenas de trabalhadores para irem trabalhar em atividades de serrarias localizadas em municípios mais distantes, caso de Paragominas.

No fim dos anos 70, inicia-se a fase de abertura de grandes obras com a construção de estradas, ferrovias, aeroportos, centros urbanos, distritos e parques industriais, terminais para abastecimento de derivados de petróleo e construção de uma usina hidroelétrica (Tucuruí). Expande-se fortemente a mobilização e o recrutamento de trabalhadores. Na construção do Projeto Ferro Carajás, as empresas de serviços, sub-contratadas pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) reuniam, em 1980, cerca de 8.000 trabalhadores em seus canteiros de obras; em agosto de 1982, eles eram 27.482. Na área de entorno, garimpos como o de Serra Pelada, alcançaram o número de 70.000 homens, compreendendo uma parte significativa que provinha de obras desativadas do setor construção civil. Outro movimento frequentemente observado se fez pelo abandono do garimpo e retorno ao canteiro de obras. A lógica que emerge nessa dinâmica é sobretudo a de deslocamentos, como razão primeira da apropriação de possibilidades, de condição de busca em direção a um mercado mais estável. Esse movimento comporta também elementos de outra

dimensão, a do *guetto*, expresso pelas fortes barreiras enfrentadas por muitos em construir uma trajetória profissional e assalariada nessa fronteira. A situação das mulheres, por exemplo, visibiliza uma divisão sexual do trabalho obscurecida no tecido social, silenciada pois considerada natural seja no âmbito da formulação de políticas e programas de desenvolvimento, seja no meio empresarial ou ainda nas entidades de representação dos trabalhadores. Resta às mulheres um punhado de atividades (e possibilidades!) de trabalho de menor reconhecimento social e baixa remuneração.

Numerosos contratos assinados no setor de construção civil - entre empresas do porte da Camargo Correa ou da Andrade Gutierrez com dezenas de firmas menores sub-contratadas como prestadoras de serviços - contribuíram à criação de esquemas particulares de organização do trabalho e de recrutamento de mão-de-obra. De certa forma as práticas referentes aos contratos de trabalho foram homogeneizadas, alinhando-se sobre regras estabelecidas pelas principais empresas como observou-se no caso da construção da Usina Hidroelétrica de Tucuruí (Eletronorte) e da implantação do Projeto Ferro Carajás (CVRD). A chegada massiva e simultânea de empresas exigiu uma organização local e o estabelecimento de regras referentes ao recrutamento e à utilização da força de trabalho. Se pode afirmar portanto que a reorientação do recrutamento respondia à um objetivo de funcionamento da empresa matriz (CVRD e Eletronorte) e, ela mesma, impunha seu modelo de recrutamento e de contratação de mão-de-obra às empreiteiras. O mesmo princípio se poderia encontrar nos casos de dispensa em massa de trabalhadores, no término das grandes obras. Inclusive era solicitado, pelas empresas, a instalação de uma unidade provisória do Ministério do Trabalho (a exemplo a construção da hidroelétrica de Tucuruí) com fins de imprimir um caráter formal na finalização dos contratos trabalhistas. Essa presença do Estado representa uma legitimação. Os contratos de

trabalho eram bastante diferentes entre si e segundo o perfil ocupacional das empresas. O clima de tensão entre trabalhadores e empresas não era portanto negligenciável, basta examinar as reclamações trabalhistas registradas no Tribunal Regional do Trabalho, inclusive colocando as municipalidades frente à problemas graves para os quais elas não estavam preparadas para dar soluções.

### Empresas siderúrgicas de gusa

As usinas de ferro gusa começaram a instalar-se em 1987 em cidades localizadas ao longo da Estrada de Ferro Carajás como resultado de decisões tomadas no âmbito do Programa Grande Carajás. Na produção de gusa e ligas, utiliza-se ferro como insumo básico, ao lado do carvão vegetal, representando uma fase preliminar de beneficiamento do ferro. Em Minas Gerais há uma tradição na produção do ferro gusa desde início do século XIX, pela via de unidades fabris de pequena escala comercial. Naquele Estado se concentra, aproximadamente, 93% dos estabelecimentos nacionais. Essa atividade sempre esteve associada à dispobibilidade de recursos florestais e por isso mesmo apontada como uma das responsáveis pelo processo de destruição da Mata Atlântica e de outras áreas florestais contíguas. Somente em 1957 entraram em operação em Minas Gerais, 70 altos fornos capazes de produzir um milhão de toneladas de ferro-gusa por ano, conforme aponta Pinto (1989). Embora cerca de 40% da produção de gusa seja ainda à base de carvão vegetal, naquele Estado, houve a introdução do carvão mineral sobretudo em empresas com perfil mais moderno. No caso das usinas instaladas em cidades localizadas ao longo da Estrada de Ferro Carajás, a dependência de carvão vegetal, à base da extração de floresta nativa, é total.

O encarecimento da madeira devido a distância cada vez maior para transporta-la até ao local de produção de gusa bem como a contestação sobre os efeitos da destruição dos ecossistemas florestais,

contribuíram com o processo de deslocamento dessa atividade em direção à Amazônia Oriental. O Conselho Ministerial do PGC aprovou inicialmente um conjunto de 23 usinas siderúrgicas a serem localizadas em cidades cortadas pela estrada de ferro. Entretanto, das empresas instaladas, a maior parte se dirigiu para Marabá e Açailândia. Atualmente aquela cidade tem tres siderurgias, - inclusive com problemas sérios de funcionamento -, e Açailândia com quatro altos fornos e novos empreendimentos em fase de instalação.

No que concerne à estratégia das empresas no mercado de trabalho observa-se uma demanda orientada à mão-de-obra semi ou não qualificada, seja para o trabalho industrial ou para produzir carvão vegetal, ambas apresentando condições de trabalho precaríssimas. Porém do ponto de vista da maior quantidade de trabalhadores engajados, recai na atividade de carvoejamento pois as siderurgias embora funcionem em tres turnos, contratam cada uma aproximadamente 200 empregados.

Parte da força de trabalho recrutada pelas usinas madeireiras e siderúrgicas concentra-se na periferia de zonas urbanas, chegando mesmo a criar um "bairro operário" , como observa-se no Distrito Industrial de Piquiá, este último distante 20 quilômetros da cidade de Açailândia. Acumulam experiência no trabalho das usinas e sobre os processos técnicos, com base em uma aprendizagem em serviço. Paralelamente ao processo de instalação dessas pequenas siderurgias surgiram nas cidades do Maranhão, tais como Rosário, Caxias, Codó, Coroatá, Bacabal, Santa Inês, Santa Luzia e Imperatriz, e nas cidades paraenses cortadas ou próximas da ferrovia, um número considerável de pequenas empresas industriais e de serviços, reforçando o

processo de assalariamento e as tensões na dinâmica do mercado de trabalho<sup>4</sup>.

### Empreendimentos mínero-metalúrgicos de grande porte

Um terceiro grupo de empresas que teve papel importante são os empreendimentos de grande porte e maior recrutamento, que é o setor mínero-metalúrgico do PGC<sup>5</sup>. Representa um modelo de intervenção - enquanto conjunto de projetos integrados - cuja concepção sugere dois objetivos: articular as estratégias do Estado às empresas, de um lado, e vincular as atividades do setor primário (mina, madeira, gado, agricultura e reflorestamento) aos sistemas industriais, de outra parte.

De todos os programas governamentais voltados à Amazônia, nessas tres últimas décadas, o Grande Carajás se distingue dos outros pelo montante de investimentos, sob diferentes formas de aportes de capital - públicos-privados, nacionais e internacionais. É também o programa que apresenta maior pretensão territorial<sup>6</sup>, atendendo a um objetivo de diversificação setorial em sub-programas e em projetos. Contrariamente às políticas governamentais dos anos 60 e 70 nessa região, que dava prioridade à exploração da madeira e do gado, o Estado vai garantir nos anos 80 os interesses desse setor industrial. A descoberta de riquezas minerais acelera as negociações e a aceitação

---

<sup>4</sup> A dinâmica social desencadeada se faz também pelas lutas conduzidas por diversos grupos - metalúrgicos, setores urbanos, camponêses etc. - que tem defendido seus interesses frente ao Estado, às empresas públicas e privadas e aos grandes proprietários de terra. E impossível negar que o mercado de trabalho em Açailândia, Marabá (e outras cidades da "pré-Amazônia maranhense" e do sul do Pará) resulta em parte da desagregação da pequena produção.

<sup>5</sup> O Programa Grande Carajás foi oficializado em 1980 pelos Decretos-Leis n° 1.813 (24/11) e n° 1.825 (22/12)

<sup>6</sup> Ver Relatório da Pesquisa "Exploração Mineral e Transformação nas Relações de Trabalho. UFFA/NAEA. 1992.Belém.

dos primeiros projetos industriais no setor: Projeto Ferro Carajás (ferro), Mineração Rio do Norte (bauxita), Albrás/Alunorte e Alumar (alumínio-alumina), e outros projetos da CVRD tais como os de manganês, de cobre e de ouro<sup>7</sup>.

A CVRD associada com a Nippon Amazon Aluminium Company (associação de 30 siderúrgicas japonesas) mantém em Barcarena, próximo de Belém, um dos mais importantes projetos mínero-metalúrgico, a Albrás-Alunorte (aluminium). Ainda que exista uma certa similitude com o Projeto Ferro Carajás e com a Mineração Rio do Norte, do ponto de vista de sua concepção como complexo (usina, estrada de ferro, porto e núcleo urbano), ele apresenta diferenças significativas quanto ao modelo de gestão. Um outro empreendimento que iniciou ao mesmo tempo é o da Alumar (aliança sob a forma de *joint venture*, formada pela Alcoa dos Estados Unidos e da Billington Metal/Shell) usina de aluminium-alumina, localizada em São Luis e que utiliza como insumo

---

<sup>7</sup> O carro-chefe dos projetos de exploração mineral que é de certa maneira o responsável pelo *assentamento* da CVRD na Amazônia é o Projeto Ferro Carajás que começou a funcionar em 1985. Trata-se de um complexo industrial que compreende: a mina ( extração e beneficiamento do ferro); a estrada de ferro que percorre 890 km cortando o sudeste do Estado do Pará, em direção ao Estado do Maranhão e atravessa este último até sua capital, Sao Luis; e o porto onde o minério é descarregado em navios cargueiros afim de ser canalizado ao mercado exterior. Esse complexo se coloca no espaço regional com uma malha de serviços que extrapola o campo da produção. É o caso dos investimentos direcionados à serviços de infraestrutura urbana e social, no Núcleo Urbano do Carajás, nas vilas residenciais em outras cidades cortadas pela ferrovia ( Parauapebas, Marabá e Açailândia, por exemplo), na sua forte presença institucional e financeira em certas Secretarias Municipais. Constituem-se como rede de apoio que beneficia igualmente ao funcionamento de outros empreendimentos da CVRD situados em espaço contíguo, materializando assim as estratégias de diversificação da empresa, previstas para os anos 80 e que Carajás oportunizaria.

importante a bauxita extraída no Rio Trombetas pela Mineração Rio do Norte, cuja produção começou em 1979.

Para poder responder à demanda energética dos projetos citados, foi planejada a usina hidrelétrica de Tucuruí, de forma a garantir energia a preços subsidiados<sup>8</sup>. Construída sobre o Rio Tocantins, foi a primeira de um conjunto de hidrelétricas previsto pela política do Setor Elétrico Brasileiro. Seu custo foi estimado em 4 milhões de dólares para gerar aproximadamente 8.000 MW. Entrou em funcionamento em 1985.

As estratégias do Estado e a intervenção empresarial nessa região reencontram-se sob uma lógica expansionista que na atualidade mereceria ser melhor avaliada dos pontos de vista dos efeitos de uma política neo-liberal e da redução do papel do Estado nas ações intervencionistas. Por toda a década de 80, a CVRD destacou-se pelas práticas expansionistas sobre o território amazônico e, em consequência, pelos inúmeros conflitos com diferentes grupos localizados na área, como camponeses, indígenas, pescadores, garimpeiros etc. Tem procurado intervir, de forma diferenciada, num território formado por 900.000 km<sup>2</sup>, sob jurisdição oficial do PGC, - correspondendo a 10,6 % do território nacional. Mas, sua presença também se faz sentir pelos pedidos de pesquisa, lavra e concessões que se estendem a todo o território amazônico. Esse modelo de expansão e de concentração de terras, representativo das políticas de "desenvolvimento a qualquer preço, tem sido bastante criticado em função de seu custo social e ecológico.

A corrida pela apropriação dos recursos corresponde a uma nova forma de *mise en reserve* das terras na Amazônia, definindo *sob medida* as prioridades setoriais para os investimentos e, de uma certa

---

<sup>8</sup> Ver as análises referentes aos impactos sociais sobre populações rurais e indígenas: Mougeot (1986;1987); Magalhaes (1986;1988), Castro (1989).

maneira, também os projetos e as empresas, sem perder de vista que é igualmente necessário controlar o acesso institucional a essas regiões.

A CVRD representa efetivamente a instância decisiva, a mais importante no quadro do PGC e uma das razões de sua predominância reside na instabilidade do poder. A ação do Estado e a crescente burocratização das relações de poder estão presentes na conjuntura nacional. Configura-se a criação de um poder impessoal sob a forma de grandes empresas públicas - a exemplo da CVRD - e privadas, excluindo das decisões, governadores de Estados e autoridades locais. Apesar de uma dinâmica política regional baseada ainda sobre as oligarquias, a presença crescente de novas empresas apoiadas pela máquina política federal, revela mudanças no tempo, rearmando o jogo político e as estruturas de poder, sobretudo naquelas regiões mais tocadas pela ação da modernização econômica<sup>9</sup>.

Esta intervenção da ordem do político se estende às diferentes esferas onde se reconstróem as relações de poder, inclusive o mercado de trabalho. Como qualquer outro mercado, ele é também um lugar de trocas efetivas e simbólicas. Nesse sentido, as relações sociais de dominação utilizam-se de uma dimensão cultural presente nos grupos heterogêneos que chegam na fronteira, não raro submetidos a longos processos de dominação - caráter do paternalismo - reproduzindo sob outras condições, comportamento autoritários que influenciam na gestão e nas formas de exploração do trabalho, como se observa nas usinas e nas empresas sub-contratadas por esses empreendimentos.

A CVRD é o principal empregador direto do setor mineral no Carajás e também indireto se levarmos em conta as empresas que lhe

---

<sup>9</sup> Os grupos familiares puderam preservar uma parte de seu espaço limitando-se à esferas que, num primeiro momento, não eram necessariamente envolvidas pela ação "desenvolvimentista" do Estado e das grandes empresas.

prestam serviços. O *enjeu* principal é portanto uma nova forma de regulamentação institucional do mercado, na medida em que se esboçam certas regras pertinentes ao modelo de gestão da mão-de-obra, compreendido por atitudes e comportamento - como de higiene e disciplina - e um senso de "profissionalização" introduzidos desde o recrutamento, como norma, nas empresas sub-contratadas.

## **Políticas Empresariais e Práticas Diferenciadas no Mercado de Trabalho**

A literatura sociológica ilustra de forma abundante as relações entre política empresarial e práticas diferenciadas no mercado de trabalho. Parte-se das observações e comparações sobre práticas empresariais moduladoras do trabalho e dimensões políticas da participação dos trabalhadores nos espaços da vida urbana. De forma sintética sublinho alguns aspectos que compõem esse mundo do trabalho transformado:

1. a constituição de mercados diferenciados, analisados nesta pesquisa a partir de indicadores sobre a natureza dos empregos propostos, das modalidades de recrutamento, do salário, da qualificação e da estabilidade no emprego;

2. as políticas de gestão das empresas não são necessariamente homogêneas, incorporando a combinação de mercado protegido, à exemplo dos empregados da CVRD, com mercados instáveis e empregos precários, caso típico das empresas prestadoras de serviço e subcontratadas pelos grandes empreendimentos. Neste quadro se situam também os contratos entre empresas de setores diferentes, os acordos entre empresas do setor mineral e as firmas de prestação de serviços, ou ainda as vinculações comerciais entre serrarias e usinas de gusa, sendo celebrados acordos objetivando a produção do carvão vegetal, fornecendo as serrarias refugo de madeira ou produzindo

também carvão em fornos instaladas no fundo de seus pátios industriais.

3. os múltiplos movimentos de fixação da população ou de iniciativas de retorno à região de origem, são determinados pelos limites do mercado. A precariedade do emprego e, em consequência, a qualidade de vida nos centros urbanos provoca um impacto imediato sobre a rotatividade e as trajetórias de ocupação de terras;

4. a mobilização de trabalhadores em suas estruturas de representação de classe para discutir uma longa agenda que inclui desde condições salariais até disparidades e desigualdades no mercado de trabalho Constituiu-se um fórum de avaliação das ações do Estado e das empresas no mundo do emprego. Tem contribuído, também, na formulação de propostas como são provas as atas de reuniões, de congressos e seminários de trabalhadores em toda essa imensa região. Essa dinâmica da fronteira elabora ainda, enquanto espaço em transição, uma correlação de força e de controle de novas relações de poder, à nível local.

As formas de segmentação do mercado de trabalho resultam do conjunto dessas mudanças apontadas. A análise que segue é uma comparação dessa segmentação à partir da análise sobre as políticas empresariais. Examinemos dois casos:

- 1a) a CVRD e as empresas sub-contratadas (regime de sub-contratação, cidades de Carajás e Parauapebas)
- 2a) as usinas siderúrgicas de produção de gusa (cidades de Marabá e Açailândia). A hierarquia social que transparece nas relações de trabalho, desvela o papel desempenhado pelos programas e os projetos econômicos na regulação do mercado de trabalho na fronteira industrial e, também, o lugar de uma modernização imposta pelo planejamento.

A CVRD, enquanto empresa de grande influência, organiza seu coletivo de trabalhadores segundo critérios de competência e de

produtividade. Por recrutar uma mão-de-obra especializada, cria igualmente um quadro funcional incomum ao perfil do mercado regional. Motivo para se destacar das outras empresas e setores de atividades da região, como sendo a empresa que oferece melhores condições de trabalho. Avaliação que incorpora também salários indiretos, estabilidade de emprego e possibilidade de construir uma carreira profissional. Todos os trabalhadores da CVRD habitam no núcleo urbano do Carajás, no alto da serra do Carajás, se beneficiam de transporte, de habitação, de alimentação no lugar de trabalho, de escola para os filhos, de hospital, de clube e teatro, de viagens aéreas extensivas a todos membros da família, com fins de gozar férias em suas cidades de origem.

A diferença entre esses grupos de trabalhadores aparece mais visível quando se examina a estrutura hierárquica e de prestígio que mostram como as relações de poder se utilizam de processos de seleção e de classificação, incluindo ou excluindo de espaços definidos, pessoas, grupos, funções. Essa organização atravessa do trabalho à vida privada onde os mecanismos de inclusão/exclusão se constroem a partir do lugar e da função ocupada por cada um na produção. Essa distinção marca o uso dos espaços urbanos, dos serviços sociais e dos equipamentos coletivos acima enumerados. São produzidas assim mediações e distinções nas relações sociais fora do espaço de trabalho, entre os empregados da CVRD e aqueles das empresas sub-contratadas, em função de cada lugar na estrutura do sistema produtivo local e, por via de consequência, de seu lugar de habitação, à Carajás (empregados da CVRD) ou à Parauapebas (empregados de outras empresas sub-contratadas pela CVRD). Mas outra crivagem se estabelece ao interior desse último grupo, de acordo com a inserção do trabalhador em um ou outro tipo de empresa e o "peso" desta no mercado. Entram em conta categorias

como perfil de qualificação, duração e montante do contrato de prestação de serviço assinado com a CVRD.

A comparação entre tipo de empregos propostos pelas empresas sub-contratadas e pela CVRD visibiliza o processo de diferenciação no mercado a partir de uma grande empresa. Os trabalhadores das empresas sub-contratadas recebem baixos-salários comparativamente à empresa matriz, estão sujeitos a jornadas maiores, dormem em quartos coletivos de até 8 leitos ou em pequenas casas de madeira em Parauapebas.

A análise das políticas empresariais de recrutamento e de gestão da mão-de-obra, revela as mudanças das relações de poder ao interior desse mercado. As empresas engajadas pela CVRD ou que obtiveram autorização de explorar certos serviços são as que absorvem a maior parte da mão-de-obra regional, se a comparamos com a CVRD. Também elas propõem salários inferiores à estatal. É absolutamente necessário compreender a lógica da relação entre empresa (CVRD) e o mercado de trabalho, pois ela ilumina as mudanças que ocorrem nas áreas urbanas de fronteira.

As empresas do setor de construção civil, sub-contratadas na fase inicial de construção do Projeto Ferro Carajás, contrataram cerca de 28.000 trabalhadores. Quando a CVRD estabilizou a produção e exportação de ferro, em 1988, seu quadro funcional estava em torno de 1855 pessoas repartidos da seguinte maneira: gerências (0,42%); técnicos (3,93%); supervisão e operários especializados (14,21%); trabalhadores generalistas (72,55%) e estagiários/apredizes (3,93%). Porém quantidade bem maior de trabalhadores a seu serviço - cerca de 3.000 - estava engajada nas empresas sub-contratadas. Observou-se mesmo uma progressão da sub-contratação - o que não ocorreu com o quadro de funcionários da CVRD -, passando à 4.300 trabalhadores dois anos mais tarde (1990), distribuídos entre 88 empresas de serviços de pequeno e médio porte. Trata-se de uma

tercialização que ocorre passo a passo com a industrialização. As estratégias de gestão colocadas em prática prevêm, efetivamente, uma descentralização crescente das atividades, transferindo àquelas empresas as atribuições sobre o controle da produção e da disciplina, do recrutamento e da seleção e sobre os encargos sociais<sup>10</sup>.

### Recrutamento, Qualificação e Paternalismo

Existem diferenças significativas entre o recrutamento realizado pela CVRD e o das outras empresas. A primeira tem um Departamento de Recursos Humanos e um serviço de recrutamento e de seleção. Tratando-se de funções mais qualificadas ou de responsabilidade, entre elas as de direção e gerência, o recrutamento realiza-se no mercado especializado, sobretudo em cidades com tradição mineira, a exemplo de Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Itabira e Vitória. A CVRD transferiu dos Estados onde ela atua, número importante de funcionários para ocupar os postos-chaves em Carajás com o objetivo de formar um novo coletivo de trabalhadores, em função de critérios próprios. Dados obtidos no seu Departamento de Pessoal mostram que 30% de seu quadro vem do Estado de Minas Gerais. À exceção do Estado do Pará (13%) e do Estado do Amapá (2%), os demais trabalhadores (55%) provinham, em 1988, de Estados de fora da Amazônia Legal. Do mesmo modo, as atividades nas usinas de gusa que demandam formação especializada realizam o recrutamento no mercado externo, seja nas cidades de grande porte,

---

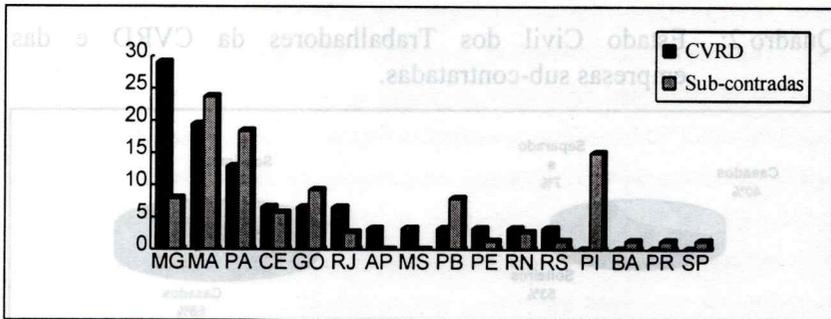
<sup>10</sup> A Albrás influenciou a redefinição do espaço de trabalho metalúrgico, absorvendo e classificando sob outro perfil ocupacional, número considerável de trabalhadores. As práticas empresariais são desenvolvidas a partir de bases diferenciadas do processo produtivo e da gestão do trabalho. As condições de salário e de trabalho propostas pela empresa são reconhecidas como mais satisfatórias pelo grupo de trabalhadores em relação às empresas de serviços, tomadas como elementos de comparação.

mais próximas - Belém e São Luis - ou ainda nos centros com tradição de trabalho siderúrgico. Para os postos menos valorizados no mercado, a demanda é local (Quadro 1)

A política de recrutamento da CVRD define minuciosamente os critérios de seleção de seu pessoal. Os ajustamentos de mercado são importantes para o funcionamento das empresas, tendo em vista a fragilidade na qualificação da mão-de-obra regional para essas especializações. Porém, dentre os critérios de seleção incluem tanto as competências profissionais quanto as qualidades pessoais favoráveis a uma boa adaptação do trabalhador ao núcleo urbano do Carajás, onde reina a filosofia da "grande família", sobre a qual repousam os pilares da gestão do trabalho na empresa.

As relações sociais paternalistas tem, assim, lugar central no modelo de gestão de mão-de-obra e do cotidiano na "cidade operária", Carajás. Nos encontramos portanto face a uma modalidade de organização do trabalho que absorve a vida privada e procede através do controle de tempo dedicado ao trabalho mas também dos movimentos no campo da vida privada. Implica ainda em uma distinção social entre os que tem direitos de viver ou de acesso à cidade de Carajás e àqueles cujo trânsito exige prévia permissão. E esse o objetivo do crachá, a identificação permanente dos movimentos para sair ou entrar nesse espaço urbano. O princípio hierárquico marcado pela cultura da "grande família" permite à empresa construir relações bastante estreitas entre trabalho e família e de minimizar os conflitos no campo do trabalho. Constatamos que essas estruturas alimentadas por relações paternalistas presentes nas empresas menos modernas como aquelas do setor terciário, e as usinas de madeira e siderurgia, persistem também na grande empresa.

Quadro 1: Estado de Origem dos Trabalhadores da CVRD e das empresas sub-contratadas

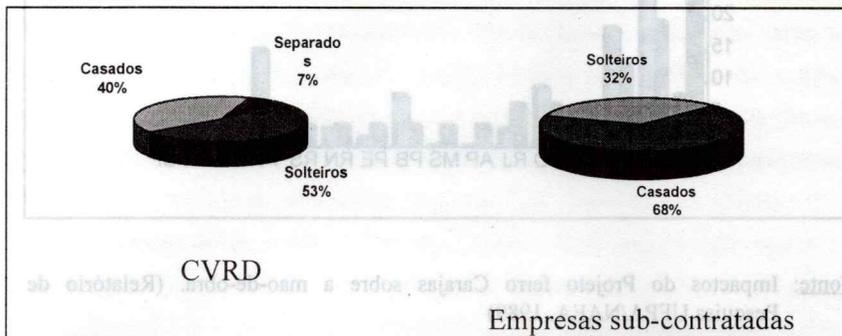


Fonte: Impactos do Projeto ferro Carajás sobre a mão-de-obra. (Relatório de Pesquisa UFPA/NAEA, 1989)

As condições de trabalho oferecidas pela CVRD dão a essa empresa a preferência dos trabalhadores. A comparação entre o tempo de trabalho dos empregados da CVRD e aquele das empresas sub-contratadas não se limita a mostrar as diferenças das práticas de recrutamento, ela ensina bastante sobre alguns determinantes do mercado. A estabilidade relativa do emprego é reforçada por privilégios urbanos de Carajás que permitem, ao trabalhador da empresa, poder usufruir de uma vida familiar com maiores facilidades. Dos empregados da CVRD, 68% são casados contra 40% das empresas sub-contratadas. É possível que seja um reflexo do tipo de contratação da CVRD ou ainda da composição do operariado das empreiteiras. Mas os dados nos sugerem interrogações sobre possíveis mudanças no âmbito familiar, nos processos de diferenciação social e na produção de desigualdades a partir dos lugares ocupados na produção. As estruturas urbanas colocadas à disposição desses trabalhadores - sobretudo habitação -, o número de

dependentes e a idade, mostram como o recrutamento leva em conta o estado civil e/ou a composição familiar (Quadro 2).

Quadro 2: Estado Civil dos Trabalhadores da CVRD e das empresas sub-contratadas.



Fonte: Impactos do Projeto ferro Carajas sobre a mão-de-obra. (Relatório de Pesquisa UFPA/NAEA, 1989)

## Os Trabalhadores e Suas Estratégias de Entrada no Mercado de Trabalho

Como os trabalhadores tem acesso às informações e quais os procedimentos de entrada no mercado de trabalho? Como se debatem para construir suas trajetórias profissionais?

O exemplo do operariado metalúrgico de Açailândia, no Estado do Maranhão, é portador de algumas explicitações. Em 1988 a usina Vale do Pindaré iniciou o recrutamento, seguida da firma Viena Siderúrgica. Originários de diversos Estados, na maioria migrantes de origem rural, esses trabalhadores aprenderam, na prática, com operários qualificados contratados ou tranferidos pelas empresas de suas filiais localizadas em regiões de tradição siderúrgica. Foram essas condições que permitiram implantar a indústria e estabelecer as bases de um mercado de trabalho local.

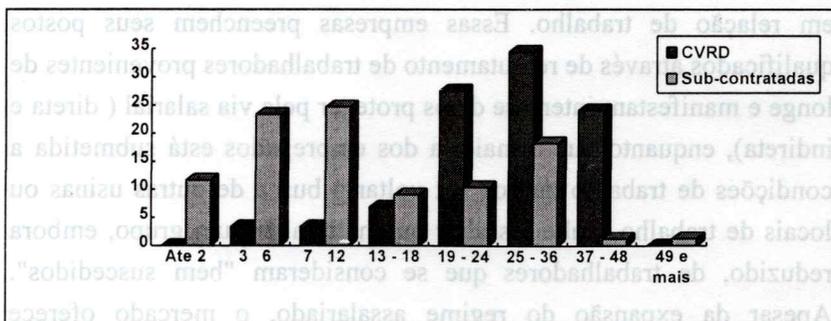
Precedendo à instalação do polo siderúrgico, os trabalhadores já tinham incluído em seus projetos profissionais as possibilidades de emprego e de carreira enquanto operários metalúrgicos. Era o caso daqueles que residiam de maneira permanente nas cidades de Açailândia e Marabá. O movimento de luta de um grupo de metalúrgicos e o espaço social e político conseguido à nível local graças às pressões dos movimentos populares, alimentavam de forma positiva o imaginário social e as esperanças de contratação com a abertura de um novo campo no mercado de trabalho.

No entanto, a realidade mostra que esses operários se integram ao trabalho da usina de forma marginal, não somente porque uma boa parte dentre eles se inscreve pela primeira vez na condição de trabalhador assalariado, com carteira profissional e contrato de trabalho, mas também em razão das insatisfações que eles ressentem em relação de trabalho. Essas empresas preenchem seus postos qualificados através de recrutamento de trabalhadores provenientes de longe e manifestam interesse de os proteger pela via salarial ( direta e indireta), enquanto que a maioria dos empregados está submetida a condições de trabalho que os faz voltar à busca de outras usinas ou locais de trabalho. Cabe ressaltar que há também um grupo, embora reduzido, de trabalhadores que se consideram "bem sucedidos". Apesar da expansão do regime assalariado, o mercado oferece espaços limitados à expansão do emprego formal em relação à demanda. No discurso dos sindicalistas, as empresas de gusa mantêm-se fora do contexto de uma identidade metalúrgica formada historicamente no processo de luta da categoria, à nível nacional. Eles se beneficiam da instalabilidade, das turbulências desse espaço de fronteira para pagar salários baixos sem ampliar de forma significativa as chances de ascensão social dos trabalhadores. As representações idealizadas dos operários sobre o trabalho e a carreira metalúrgica deslanchada com a instalação dessas usinas de gusa,

apaga-se rapidamente frente à realidade do trabalho precário oferecido no mercado.

Se a precariedade do emprego se materializa ao nível dos salários diretos e indiretos e pelas reduzidas possibilidades de construção de uma carreira profissional, as condições de trabalho, impostas pelos procedimentos técnicos são também difíceis: temperaturas elevadas, poeira, riscos de acidentes, como muitos comentam. A taxa mais elevada de rotatividade concerne à mão-de-obra menos qualificada. Numa das usinas estudadas, a média mensal de entrada e saída era de quarenta trabalhadores; o tempo de permanência na usina, em torno de tres meses. (Quadro 3)

Quadro 3: Tempo de Trabalho na CVRD e nas empresas sub-contratadas



Fonte: Impactos do Projeto Ferro Carajas sobre a mao-de-obra.op.cit.

Um outro ponto a remarcar é a reduzida oferta de emprego em relação ao afluxo de trabalhadores. Estes, comparando essa região com outras onde as dificuldades de emprego eram maiores, segundo a história de vida de cada um, representam de forma positiva a associação desenvolvimento (a presença de empresas) e trabalho assalariado. O emprego tem lugar central e estrutura os deslocamentos no espaço. Sua busca atualiza o sonho de

modernização que se traduz pela relação ao trabalho. Há a figura de uma outra associação, entre o "moderno" e o trabalho siderúrgico. Este é visto como símbolo do progresso e de integração a uma sociabilidade nova, produto de um conjunto de relações e de práticas que se realizam no mercado de trabalho. Na referência à lugares sociais idealizados, como portas de entrada a um espaço de ascensão social, aparecem certas cidades com tradição siderúrgica e metalúrgica do país, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo. Para alguns representam ainda uma alternativa de migração, não descartada, alimentada no sonho.

Na visão dos trabalhadores, a rotatividade é uma das facetas do trabalho metalúrgico e concretamente significa uma possibilidade de trabalho, uma vez que transitam em regiões de fronteira. Como se exprimia um ajudante de forneiro, definindo-se como "homem de trecho", para o qual "ir e vir é mais frequente que ficar". Esta dimensão não pode ser compreendida isoladamente, mas como elemento de um conjunto de informações sobre o mercado de trabalho. Ainda que a rotatividade dependa de variados fatores, entre os quais a política da empresa, ela apresenta uma natureza particular, dada claramente pela provisoriedade do emprego. Apesar das contestações observadas tanto pelas empresas como pelos trabalhadores à propósito do alto ritmo de rotatividade, esta continua bastante elevada. As empresas divulgam suas necessidades de mão - de-obra entre os trabalhadores ou fixam uma tabuleta com sua demanda na entrada das usinas. Essas mensagens se expandem através de circuitos muitos ageis.

As informações sobre o mundo do trabalho, sobre a qualidade do emprego, sobre os salários e as condições de trabalho, obedecem à circuitos particulares estruturados pelos grupos de trabalhadores sob a forma de redes. Eles desenvolvem mecanismos de informação sobre as possibilidades de trabalho. Recriam suas próprias percepções do

que é "bom" trabalho ou "mau trabalho" em relação aos mercados da região e às necessidades de subsistência ( individuais e familiares), representações que orientam suas práticas e influenciam suas decisões e seus comportamentos no mercado de trabalho.

Como essas informações são transmitidas e quais são suas funções reais? O conjunto desse conhecimento acumulado ultrapassa de longe o espaço urbano e o da municipalidade. As informações transitam a longo termo. Para essas formas de comunicação vários meios são utilizados: contatos pessoais, telefone ou cartas. Essas redes se constituem enquanto que "interações informais" que respondem à necessidades variadas, que vão desde o fato de encontrar um trabalho, avaliar a evolução das trajetórias profissionais e/ou geográficas até à elaboração de estratégias de ascensão social, familiar ou individual.

Redes que funcionam graças a alguns elementos estruturantes, entre os quais as relações familiares e de vizinhança, como também as relações mantidas com o lugar de origem, em geral no contexto de pequenas comunidades onde as relações de parentesco e de amizade são essenciais. Desempenham papel fundamental dado sua eficácia e se apoiam sobre dimensões particularmente concretas que funcionam. Os trabalhadores consideram que o tempo de residência num centro urbano é essencial para "descolar" um primeiro emprego no mercado formal e que a duração desta atividade contará, na ocasião de uma contratação posterior, como ponto de uma negociação por melhores condições salariais e de trabalho. Ainda que funcione num quadro marcadamente informal, a eficácia dessas redes de informação é reconhecida pelas agências de recrutamento bem como pelas empresas.

## Conclusões

A industrialização na Amazônia, com a implantação de grandes projetos tem provocado mudanças que não tem sido suficientemente analisadas. As discussões em certas esferas técnicas e científicas a propósito dessa evolução, abordam de forma bastante superficial a natureza desse processo. O resultado consiste assim a reafirmar os valores estabelecidos sobre um discurso que reatualizado continuamente que as estratégias de modernização como possibilidade de um desenvolvimento regional. Entretanto, muitas dimensões dessa problemática não são sequer esboçadas. Entende-se que a complexidade das relações sociais que se escondem sob a denominação superficial de "processo de industrialização" merece ser submetido a um outro exame. Nessa ótica, o desenvolvimento dos processos técnicos e de gestão do trabalho presentes atualmente num contexto de globalização, precisariam ser incorporados à análise do que hoje concebemos como o lugar da industrialização enquanto estratégia para saída de uma situação de crise social, pobreza e desemprego. O debate hoje, à nível mundial, esboça resultados de uma "desindustrialização" segundo era pensada naquele contexto desenvolvimentista.

Esta perspectiva permite questionar a industrialização que se realiza em regiões de fronteira na Amazônia, sob dois ângulos. O primeiro refere-se à construção de categorias capazes de explicar esse processo, recorrendo a um enfoque teórico cujos conceitos permitam compreender esse mundo do trabalho transformado pelos empreendimentos industriais, privilegiando a observação sobre as dinâmicas sociais e os interesses de diferentes atores. A segunda, é que, de certa forma, a modernização provoca contradições que tem sido ignoradas pelas instâncias do PGC e pelo Estado, como por

exemplo os custos sociais e ecológicos ligados a esse tipo de processo.

Impõe-se portanto, como necessidade, ultrapassar um *approche* quantitativo e construir uma problemática que possa interrogar sobre a natureza do trabalho (e do emprego,) produzido por esse processo de industrialização na fronteira e as mudanças que se passam nos espaços do cotidiano, da reprodução da vida. É necessário incorporar à análise objetiva, as dimensões simbólicas das relações sociais. Uma *demarche* sobre as representações poderá suscitar hipóteses importantes à compreensão da dinâmica que organiza o campo do poder, seja dentro da empresa, seja na sociedade regional. Permitiria assim formular hipóteses sobre as novas dinâmicas estruturantes e hierarquizantes das relações sociais e de poder na região.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALLON, Michel - Réseaux technico-économique et irréversibilité. Actes du Séminaire "Contradictions et Dynamiques des Organisations. CRG/ESCP, Paris.
- CASASSUS MONTERO, Cecilia (1981) -Le marché du travail comme niveau d'analyse de la structure de classe, Sociologie du Travail, n°2, Paris.
- CASTRO, Edna (1989) - Resistência dos atingidos pela Barragem de Tucuruí e construção de identidades. In: CASTRO, Edna e HÉBETTE, Jean - Na trilha dos Grandes Projetos.Modernização e Conflito na Amazônia. UFPA/NAEA. Belém.
- CASTRO, Edna et all. (1989) - Impactos do Projeto Ferro Carajás sobre a mão-de-obra (Relatório de Pesquisa). UFPA/NAEA. Belém
- \_\_\_\_\_ et all (1992) - Exploração Mineral na Amazônia e Transformação nas Relações de Trabalho na Região do Programa Grande Carajás (Relatório de Pesquisa). UFPA/NAEA.Belém.

- \_\_\_\_\_ & ACEVEDO, Rosa (1993) - *Amazônia Oriental: Territorialidade e Meio Ambiente*. In: LAVINAS, L; CARLEIAL, L.; NABUCO, M.R. *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*. ANPUR/HUCITEC. Rio de Janeiro.
- CORIAT, Benjamin (1992) - *Penser à l'envers. Le travail et l'organisation dans l'entreprise japonaise*. Christian Bourgois Ed., Paris.
- COSTA, Teresa - *Districts industriels et systèmes locaux d'entreprise*. In: GUITTON, C., MARUANI, M., REYNAUD, E. Coord. (1991) - *L'emploi en Espagne: Marchés du travail et relations professionnelles*, Paris. Syros/Alternative.
- FERREIRA, Cândido G. (1988) - *O Processo de Trabalho na Indústria Siderúrgica. Uma tentativa de caracterização geral*. Anais do Seminário Interdisciplinar Padrões Tecnológicos e Políticas de Gestão: processos de trabalho nas indústrias brasileiras. USP/ FEA/ UNICAMP. São Paulo.
- FIORI, José (1990) - *Sonhos Prussianos, Crises Brasileiras. Leitura política de uma industrialização tardia*. Ensaio FEE. Porto Alegre.
- HALL, Anthony (1991) - *Amazônia: Desenvolvimento para quem? Desmaramento e Conflito social no Programa Grande Carajás*. Zahar Ed. Rio de Janeiro.
- HIRATA, H & SUGITA, K (1988) - *Politique paternaliste et division sexuelle du travail: le cas de l'industrie japonaise*. *Revue Le mouvement Social*, n° 144. Paris.
- KOHLHEPP, Gerd (1987) - *Homem e Natureza na Amazônia*. Atas do Simpósio Internacional e Interdisciplinar, ADP, Tubingen.
- LAUTIER, B. & MARQUES-PEREIRA, J. (1993) - *Répresentations Sociales et Constitution du Marché du Travail*. GREITD. Paris.
- MAGALHAES, S (1988) - *Exemplo de Tucuruí. Uma política de relocação em contexto*. IN: *As Hidrelétricas do Xingú e os Povos Indígenas*. Com.Pro-Indio. São Paulo.
- MOUGEOT, Luc (1987) - *O Reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí*. In: KOHLHEPP, Gerd. *Natureza e Sociedade*. 1986.-
- MAURICE, Marc ( 1987) - *Réflexions sur les constituants du Marché du Travail*. In: MARUANI, M., REINAUD, E. Coord. Ed. Alternative / Syros.

PIORE, M. J. & SABEL, C. F.(1984) - Les chemins de la prospérité. De la production de masse à la spécialisation souple. Ed. Hachette. Paris.

SUDAM / UFMA (1990) Necessidades de Treinamento de Mão-de-Obra em áreas de influência do Programa Grande Carajás. Sao Luis.

# GRANDES PROJETOS E TERRAS DE NEGRO: Conflito e Resistência no Trombetas\*

*Rosa E. Acevedo Marin\*\**

*Edna Ramos de Castro*

## Introdução

Com este estudo pretendemos contribuir para o exame antropológico de etnias e territorialidades sob ameaça na Amazônia, com a implantação de grandes projetos industriais (mineração) e hidrelétricos, e com as novas formas de exclusão que se ancoram no discurso ideológico da preservação.

Trilhamos a contemporaneidade das ações de resistência de um grupo étnico identificado, enquanto formado por "remanescentes de quilombos", habitantes da região do Trombetas, organizados sob a lógica de uma economia agro-extrativa, combinada à concepção de uso comum da terra.

Os chamados "Filhos do Trombetas", fazem do movimento de circulação das águas, o pulso de sua existência e memória social. Esse elemento, com seus fluxos, os conduziram ao território novo, subindo as cachoeiras. A liberdade vigiada, em contínuo sobressalto, e o freio da natureza, os obrigaram a buscar outra tentativa: viver a liberdade condicionada, abaixo da última cachoeira, no rio manso, para desenvolver a vida material e recriar os símbolos de sua identidade atual.

---

\* Esta comunicação é resultante da pesquisa "Estudos de Comunidades Negras do Município de Oriximiná sob Impactos de Projetos Desenvolvimentistas", realizado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA em 1990.

\*\* Professoras do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e do Departamento de Ciências Sócio-Políticas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - UFPA.

Nesse dilema, os negros do Trombetas recriam a memória coletiva e formulam o jogo de associações entre "hoje e ontem", encontrando a força de sua liberdade étnica, porque a lembrança da fuga refaz-se de forma ativa na memória, num estilo de validação positiva, por terem se proclamado livres: a auto-abolição. A encruzilhada da escravidão é menos trilhada na memória que a da cachoeira, quando passaram a ser denominados de mocambeiros, e adquiriram a identidade diante da ordem escravista, que lhes permitiu autovalorizar-se e positivar-se diante da sociedade e contra seus designios. Por adotarem o oposto da escravidão - o "quilombo" (produto dela) -, encontram sentido novo e edificador no plano social e político.

Hoje, vários grupos encontram-se assentados no alto rio Trombetas, do Erepecurú e Cuminá, abaixo das cachoeiras, que outrora encobriram e protegeram os quilombos. Sua memória resgata os saberes sobre o tempo e a lógica da natureza, apreendidos e compartilhados com sociedades indígenas, habitantes das planícies e dos altos das cachoeiras desses rios e do Mapuera. O domínio de "saberes, perigos e magias" da natureza, incorporava-se no imaginário, recodificando experiências, como condição do sucesso nas fugas do cativo e de permanência nos quilombos.

Viver, apropriar-se e transformar a natureza, são atos criadores de existência material e social. Penetrar nesses momentos e ações, significa decifrar representações: na linguagem, nos gestos, nos corpos. Essa produção individual, cristaliza movimentos e subjetividades na história. "Em todas as escalas individuais e coletivas, naquilo que concerne tanto à vida cotidiana, quanto à reinvenção da democracia... trata-se, a cada vez, de se debruçar sobre o que poderia ser os dispositivos de produção da subjetividade, unido no sentido de uma re-singularização individual e/ou coletiva (...)" (Guattari, 1990:19)

Nesse contexto de rupturas e de singularizações que o mundo contemporâneo é levado a reconhecer, forjam-se as novas problemáticas ecológicas na Amazônia.

Nos propusemos perseguir uma trilha, qual seja, de identificar, a partir do olhar do grupo, os campos de conflitos e tensões presentes na sua história, recortadas de enfrentamentos; primeiro, com a ordem escravista fundamentada na economia mercantil; num segundo momento, com as formas de dominação instauradas na rede de comercialização, nas relações de patronagem, e, na atualidade, com a chegada de atores que expressam novos movimentos de expansão capitalista sobre as reservas naturais, essenciais à atual conjuntura econômica do mercado mundial. Na análise sobre esses percursos, importaram a conquista e manutenção do território, trazendo à visibilidade, linhas sínteses de sua história.

Embora a pesquisa, da qual resultou esta comunicação, incorpore o tratamento de documentação original para "a reconstrução dos momentos de ocupação do Trombetas" (livros de viajantes, relatórios de presidentes de província, documentação cartorial e Paroquial)<sup>1</sup>, nos deteremos aqui, na contemporaneidade desses grupos negros, examinando os conflitos desencadeados com a instalação de grandes projetos de exploração de bauxita e previsão de construção de hidrelétricas.

## **Território e Identidade Étnica**

Explicar a presença das comunidades do rio Trombetas, há pelo menos 100 anos, nos locais onde hoje as encontramos, requer, não somente traçar o percurso histórico das relações com a sociedade envolvente, mas também, desvendar o mistério sobre as forças econômicas, sociais e políticas que, reiteradamente, mobilizam a continuidade de sua identidade étnica e de seu modo de vida, fundado

---

<sup>1</sup> Ver AZEVEDO, Rosa e CASTRO, Edna. "Negros do Trombetas - Guardiães de Matas e rios". Belém. UFPa. 1993.

nas atividades agrícola-extrativas. Captar essa problemática complexa, exige o enfrentamento de várias questões. Como conseguiram, depois de descer as cachoeiras, manter-se até o presente, ocupando as mesmas margens de rios, lagos e igarapés? Como se resguardaram, afirmando-se como negros - e descendentes de quilombos - apesar da insistente negação de sua identidade étnica pela sociedade branca? Qual a natureza das relações econômicas com ela mantida? Que construções sociais de seu imaginário alimentavam estratégias e ações desencadeadas na guarda e domínio de sua territorialidade?

Subindo o rio Trombetas, observa-se a geografia da ocupação negra, permitindo a identificação das comunidades: Boa Vista, Mãe Cué, Macaxeira, Sagrado Coração, Tapagem, Paraná do Abuí, Abuzinho, Abuí e Cachoeira Porteira. A arquitetura das casas e o desenho das comunidades, formam um conjunto incrustado em sítios elevados às margens do rio Trombetas e de lagos por ele formados.

É fundamental o território por eles conquistado na manutenção de sua identidade, razão do rígido controle grupal praticado no passado e na atualidade, para frear o avanço de outras frentes. Fomos informados que não há especificamente pessoas, em cada comunidade, que sejam guardiãs dessa territorialidade. Os velhos têm uma proeminência, inclusive por serem "**naturais**" depositários da memória sobre o território, porém, não recaindo sobre eles, a decisão quanto a entrada de uma nova família nas terras identificadas como suas. Controle e processo decisório são do âmbito interno e envolvem cada comunidade do Trombetas. As regras e suas formas de obediência, também estão sob vigilância grupal. Seguramente, são importantes os valores étnicos resguardados pelas relações de parentesco, pelos vínculos de solidariedade inter-familiares e pela reelaboração, através das gerações, das formas de relacionamento com o espaço natural.

Estudo sobre negros remanescentes de quilombos em Vila Bela, cidade histórica de Mato Grosso, também estabelece tal relação. "A posse da terra, independentemente de suas origens patrimoniais, se

efetiva pelas comunidades negras enquanto sujeito configurado como grupo étnico. A apropriação coletiva é feita por negros organizados etnicamente como sujeito social" (Bandeira, 1988:3).

À base do modo de produção dos descendentes de quilombos está a concepção de posse e uso comum da terra. Qual o significado da terra para eles? Quais os princípios fundamentais que estruturam suas práticas e as relações com a natureza? Concebendo a terra, como bem comum, seguem regras definidas nos cânones do direito consuetudinário, historicamente fundador de sua territorialidade. A discussão sobre as bases dessa territorialidade, portanto, não poderia jamais caber no âmbito limitado do direito privado. Ela não pode ser iluminada pelos padrões jurídicos que regulam o estatuto da propriedade privada e suas formas de aquisição.

Desta maneira, não encontra lugar, pelas próprias características do grupo do Trombetas, a noção de propriedade privada da terra (identificam essa condição para as casas, os frutais, os paióis e instrumentos de trabalho), o que, seguramente, o enfraquece diante da sociedade envolvente.

O debate jurídico no país, sobre terras de índios e terras de remanescentes de quilombos, aqueceu-se com a elaboração da atual Constituição, trazendo à luz, a tradicional invisibilidade do direito brasileiro às modalidades de uso comum da terra.

A negação dessas modalidades de terras comuns, no exercício da prática jurídica, revela ainda um profundo desconhecimento sobre as bases nas quais elas se fundam. É necessário compreender que a concepção de territorialidade e de terra comum, como é o caso dos negros do Trombetas, só pode ser percebida ao interior das relações que estruturam a organização nessas comunidades. Não pode ser subordinada, portanto, à lógica da propriedade privada que preside o direito brasileiro, por ter natureza distinta. Os negros mantêm, na concepção e na prática, terras comuns, pois institucionalizaram um sistema de regras

acatadas de forma consensual e que alimentam o seu modo de produção.

Compete trazer ao debate duas dimensões históricas dessa ordem comunitária. A primeira diz respeito à forma de apropriação dos recursos e a segunda, refere-se à presença de práticas de trabalho na economia agro-extrativa, que articula diversas esferas da vida social. A noção de "nós", que traduz íntima identificação dos grupos domésticos à comunidade negra mais ampla, em oposição aos "outros", que corresponde à externalidade dos "grupos de fora", funda a territorialidade no Trombetas. Depreende-se a impossibilidade de se entender os limites do território de uso comum, a partir de uma dada comunidade, entre as existentes na área de estudo. É necessário construir um olhar penetrante sobre o conjunto do Trombetas, capaz de captar relações lógicas, que unificam todas as comunidades negras, incluindo ainda, aquelas localizadas no rio Erepecurú (Cuminá), reconhecendo a identidade na organização social, econômica e política herdada dos quilombos.

### **Novos Empreendimentos Industriais e Hidroelétricos no Trombetas**

A partir de meados da década de 70, quando interesses na exploração de bauxita e de recursos hídricos, mobilizaram empresas para subir o Trombetas, objetivando realizar pesquisa de prospecção, rapidamente esse território ficou sob ameaça, no olhar das comunidades ribeirinhas aí localizadas. O quadro certamente guarda singularidade, contemporaneidade com processos desencadeados em outros pontos da geografia amazônica, mas importando também, nas diferenças resultantes da exclusividade negra do Trombetas.

Comunidades do Município de Oriximiná<sup>†</sup>

Baixo Trombetas	Trombetas	Médio Trombetas
Cristo-Rei	Aracuã	Acapuzinho
Iripixi Nossa Senhora de Nazaré	Aracuã de Cima	
Iripixi Santa Luzia	Caipuru-Rosário	
Itapecuru	Caipuru-São João	
Nova Vida	Batista	
Oiteiro	Camichá	
Bacabal	Castanho	
Carimum	Curupira	
Samaúma	Jacupá	
	Sacuri-Boa Vista	
	Sacuri-Comunidade Nova	
	Achipica	

Alto Trombetas	Erepecurú	Cuminá	Cachoeiry
Abuí	Acapú	Ariuba	Santo Antonio
Ajudante	Cachoeira	Cabeceira do Boi	São Francisco
Boa Vista	Pancada	Salgado	São João-Boto
Cachoeira Porteira	Espírito Santo	Serrinha	São José
Campo Alegre	Jarauacá	Terra	São Luis
Flechal	Jauri	Tarumã	Santa Rosa-Boto
Mãe Cué	Rapa-Pau		Preta
Moura	Santo Antônio		
Palhal	Juquirizinho		
Paraná	Irepecú do Abuí		
Sagrado	Coração		
Tapagem			
Juquiri			

Lago Sapucúá	Nhamundá	Bec
Aimin	Boca dos Curais	Bom Jesus-Bec
Ajará	Conceição	Conceição-Bec
Amapá	Espírito Santo-Maria Pixi	Cuminá
Boa Vista	Maria Pixi-São Francisco	Paraizo
Castanhal	Maria Pixi-São Tomé	Poção
Casinha	Matapi	São Cristovão-Bec
Cumury	São José-Bec	São José-Bec
Pirarucu	Santa Clara	São Sebastião

<sup>†</sup> FONTE: Sucam. Oriximiná. Relatórios de visitas às localidades do município de Oriximiná. Oriximiná. Paróquia de Santo Antonio. Mapas das comunidades.

O Estado avalizou os financiamentos e a acumulação privada na fronteira, contribuindo às pressões sobre terras de índios e de camponeses. Os personagens do mundo empresarial, têm seus interesses voltados para fora dos âmbitos regional e nacional, funcionando sob cálculos e perspectivas reguladoras de economias externas. A presença do mercado mundial, direciona-se de forma mais enfática a espaços localizados, tipos de recursos, processos de extração, determinando, em última instância, relações entre economia e apropriação da natureza. O exame do empreendimento de bauxita no rio Trombetas pela Mineração Rio do Norte, (MRN) em operação desde 1979, elucida de forma particular, a montagem de estratégias de ocupação e domínio territorial, conformados na cumplicidade entre Estado e empresas.

Sobem o rio Trombetas balsas carregadas de equipamentos, mantimentos e material de pesquisa. Carregamentos com destinos diferentes, mas certamente complementares. Um dos pontos de chegada, é onde hoje funciona a Mineração Rio do Norte, em Porto Trombetas; o outro, Cachoeira Porteira, um lugar místico, de sonhos e profecias, de curas e oferendas, portanto, sagrado no imaginário negro. Na percepção do branco, o rico potencial hidrelétrico pelos acidentes naturais, predestinaria a região do Trombetas a ser um novo *pólo de desenvolvimento*, ao qual, as hidrelétricas de Cachoeira Porteira e Chuvisco, integr acidentes naturais, predestinaria a região do Trombetas a ser um novo ar-se-iam como infra-estrutura para projetos produtivos.

Os impactos de grandes projetos na região do Trombetas, manifestam-se nos problemas ambientais e na desestruturação do modo de produção da vida social presente entre seus habitantes. Com vultoso financiamento do governo e isenções fiscais, essas empresas apresentam-se diante da sociedade regional com a face autoritária, não somente em relação à ordem social, mas também, violentando e depredando o equilíbrio natural, uma vez movido pela exclusividade do

interesse econômico, pela provisoriedade na extração de recursos; as práticas são de ocultamento da existência e memória social dos anciãos habitantes.

Embora para os moradores, a pescaria seja uma das atividades importantes e preferencialmente realizada nos lagos, o Decreto Presidencial delimita a área de maior concentração de lagos, como Reserva Florestal e Biológica do Trombetas. O lago Batata, local tradicional de pesca, foi interditado à pesca pela Mineração Rio do Norte, por ser contíguo ao complexo de extração de bauxita e poluído com rejeitos de bauxita. A degradação logo tornou-se conhecida pelas denúncias de ambientalistas a nível nacional e internacional. Como resultado, realiza-se atualmente enorme esforço de recuperação, com gastos orçados no valor de US\$ 70 milhões, em 1990.

Mas, se a opinião pública sensibilizou-se pelo destino do lago Batata, sobre o *a apropriação* das terras de trabalho dos negros, poucas discussões foram levantadas. Essa apropriação corresponde à negação de sua existência enquanto grupo fortemente identificado com seu território. Presenciam-se movimentos nos quais se (re) encontram atores diferentes, articulados nessa expansão das frentes de ocupação empresarial no Trombetas. O primeiro: sobre as terras avança a MRN, inclusive conseguindo que fosse decretada, nos últimos momentos do Governo José Sarney (1989), uma Floresta Nacional que reúne, juntamente com as terras pretendidas pela Alcoa Mineração S.A., uma extensa área acompanhando o rio Nhamundá. Esse processo tem um caráter antecipatório, preservando terras para empreendimentos que talvez jamais possam ser pensados ou realizados. Estado e empresas estão associados na conflituosa permanência da Reserva Biológica do Trombetas, que ocupou as terras de trabalho dos negros, utilizando-se do discurso preservacionista, onde a defesa de tartarugas e madeira de lei, foram as chamadas *válvulas* de sensibilização para justificar tal medida.

Eles conseguiram tirar da circulação, 387.000 ha de áreas potenciais ao trabalho extrativo, consagrando um novo momento importante de cerceamento, não somente pela extensão, mas sobretudo, por representar toda a margem esquerda do rio, começando próximo de Boa Vista (ponto de ocupação abaixo das cachoeiras) e terminando nos confins, em Cachoeira Porteira, coincidentemente, os dois extremos da presença secular do grupo étnico do Trombetas.

Onipresente nas comunidades da região do Trombetas e de forma mais agressiva, o Estatuto da Reserva Biológica e Florestal, tem sido uma intervenção de impacto, pela impossibilidade de acesso às terras de trabalho, e mesmo pela violência física e simbólica que tem norteado suas ações de fiscalização, sobre os moradores de comprovada ancianidade nas áreas e, ao mesmo tempo, um cerco sobre as águas do rio Trombetas. Literalmente, a Reserva Biológica, foi aprisionadora das fontes de produção: os peixes dos lagos, rios e igarapés, as sementes e os frutos coletados na mata, os cipós e as palhas para fabricação de artesanato e de suas casas e a madeira para fazer canoas (itaúba). Nas áreas da Reserva encontram-se os mais ricos castanhais, cuja atividade de extração não importa, absolutamente, em nenhum prejuízo à natureza, mas pelo contrário, sua retirada colabora na regeneração da natureza, pela alimentação do homem que ali vive e dos animais que também se beneficiam, comendo resíduos dos ouriços quebrados.

A partir de meados da década de 60, fizeram-se presente as seguintes empresas e instituições: Jari, Petrobrás, Andrade Gutierrez, Mineração Rio do Norte, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), BEC, Engerio, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), Alcoa Mineração S.A.

## **Comunidades Negras e Proximidade aos Empreendimentos**

Da observação sobre as comunidades negras, destacam-se situações particulares, segundo sua proximidade ou não a empreendimentos econômicos e governamentais. Em função destes elementos, demos tratamento particularizado às comunidades de Boa Vista, por situar-se ao lado da Mineração Rio do Norte, a primeira comunidade subindo o Trombetas, e de Cachoeira Porteira, a última do *continuum*, em função das implicações resultantes da instalação nessa Vila de empresas de construção civil, de extração de madeira e de pesquisas. Ambas comunidades apresentam seus modos de vida profundamente alterados.

Uma outra comunidade, a de Mãe Cué, situada à margem direita do rio Trombetas, próximo ao igarapé Terra Preta, limite geográfico do Projeto da Alcoa Mineração S.A., é a que seguramente, sofrerá mais de imediato transformações com a instalação nesse novo projeto, previsto para iniciar em 1991, logo tenha a Licença de Implantação, a ser fornecida pelo Departamento de Meio Ambiente da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.

As referências básicas sobre os impactos sofridos pelas duas primeiras, e os que poderão sofrer Mãe Cué, são encontradas na forma como um conjunto de habitantes compara e verifica perdas no seus espaços de trabalho e de vida, ao mesmo tempo que reivindica direitos de ter sua própria história e de reconstruir seu modo de produção abaixo das cachoeiras. A dinâmica desses grupos é realimentada, progressivamente, pelo uso comum da terra e pela forte etnicidade, como elementos-chaves a serem mais cuidadosamente observados. Eles informam como se reelabora, desestrutura ou reestrutura, sua vida social comunitária, pelos recentes impedimentos colocados no acesso às terras de trabalho e pela violência física e simbólica que tem recaído sobre o grupo.

Os chamados Filhos do Trombetas, encontram-se em estado de tensão aumentando progressivamente o sentimento de perda que aciona a memória, reordenando, pelas práticas do passado, o reconhecimento e

a exigência de direitos. As vivências acumuladas ao longo destes últimos quinze anos, têm funcionado na revisão das formas organizativas do grupo, precisando as estratégias políticas, para manter suas terras, sua liberdade de reproduzir, como opção, seu modo de vida agrícola-extrativo.

Para os membros dessas comunidades remanescentes de quilombos, o enfrentamento com forças empresariais tece uma nova rede de relações, exige disponibilidade e acompanhamento dos passos, das estratégias e das ações levadas a efeito pelos empreendimentos, junto às autoridades, executivas e legislativas, ou aos órgãos de representação da classe patronal. Essa experiência vivida pela Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná, traz à linha de frente, mais uma dimensão das lutas dos movimentos sociais na Amazônia pela defesa de seus direitos. A concepção da Amazônia incorporada por eles, é de totalidade enquanto unidade entre ecossistemas e aquela da sua experiência histórica. Daí o porquê da luta pela territorialidade e pela preservação da natureza, potencializando a essência do modelo agro-extrativo, transparece a crise do modelo de desenvolvimento implantado na Amazônia, que gestou processos e formas de etnocídio e de destruição irreparável do ambiente.

### Comunidade de Boa Vista

A Comunidade de Boa Vista, como as demais do Trombetas, encontra-se situada no alto de um barranco, resguardando a visibilidade do rio. Sua história recente é bastante singular. É a fixação de remanescentes de quilombos em área mais próxima da cidade de Oriximiná e Óbidos, descendo o rio Trombetas. No movimento de saída das cachoeiras em direção às águas mortas desse rio, Cachocira Porteira e depois Tapagem foram os núcleos de base. O irradiamento da ocupação das margens de rios, lagos e igarapés, chegou até Boa Vista, ponto extremo desse *continuum* geográfico.

De Tapagem, deslocaram-se alguns membros de um dos troncos familiares principais, escolhendo um sítio entre o igarapé de Água Fria e a boca do Lago do Moura, terreno por sinal, com registro cartorial feito por um senhor chamado Claudino Bentes da Conceição. A memória desses moradores escavaca as lembranças sobre o nascimento da comunidade, como o depoimento de uma mulher com 76 anos, que se honra de dizer "(...) nasci e me criei nesse lugar": "Meu pai entrou aqui com 15 anos, com meu tio e o pai dele... eles é que abriram este lugar... meu pai abriu este lugar com meu avô" (entrevista, em out, 1990).

Pelos registros encontrados, a comunidade de Boa Vista existe desde fins do século passado. Coudreau (1900), comenta a presença de alguns moradores que se beneficiavam dos ricos castanhais existentes nas cercanias, praticavam agricultura e eram conhecidos, inclusive, pelo cacau que plantavam em abundância. Hoje as marcas deixadas da época do apogeu do cacau são mostradas pelos moradores do Lago do Moura. Os membros da comunidade representam o passado pela imagem da abundância e da fartura: na caça, na pesca, na floresta cheia de cedreiros de acapú e itaúba; madeira tirada para fabricar casas, canoas, utensílios de trabalho e para alimentar a economia regional.

O início das obras da Mineração Rio do Norte, em meados dos anos 70, foi motivo de tensão e insegurança. Houve acolhida ao projeto por parte de comerciante, fazendeiros e políticos do município de Oriximiná. Os argumentos sobre geração de emprego e dinamização da economia regional, foram suficientes para recriar no espírito urbano do município, a euforia de uma nova era.

A intervenção da empresa frente às comunidades palmilhou uma estratégia de aproximação, acenando com serviços de saúde e educação, principalmente que ofereceria às famílias de moradores e, por extensão, à parentela residentes em outras comunidades.

Atualmente, dos portos da comunidade de Boa Vista, vislumbra-se um quadro irreconhecível na história desse rio. São os imensos navios cargueiros aportados em frente aos guindastes mecânicos, que despejam a bauxita diretamente em seus porões, ou ainda, um enfileiramento de cargueiros que esperam sua vez para abastecer-se do minério. Os cascos, canoas ou mesmo embarcações de médio porte, costumeiras freqüentadoras desse rio, são minúsculos corpos que passam inexpressivamente ao seu lado. Essa imponência do porto, espelha o projeto, com produção prevista de 8 milhões de toneladas para 1990. O processo de trabalho compõe-se de três fases: extração, lavagem e carregamento. Atende à planta industrial de Alumínio de São Luis (Alcoa) prioritariamente, embora sua produção tenha tido, em 1989, o seguinte mercado: Brasil (31%), Venezuela (25%), E.U.A. (22%), Canadá (21%) e França (1%).

Sobre esse minério e produtos dele decorrentes, os moradores entrevistados pouco sabem, mas sobre as relações com a Mineração Rio do Norte (MRN), explicam que resultaram em permanente campo de conflito. Associam o aparecimento desse empreendimento com uma série de fatos, não menos perturbadores da ordem econômica e social na tradição dessas comunidades, no exemplo da decretação da Reserva Biológica e Florestal do Trombetas, área reivindicada pelos negros, como de remanescentes de quilombos, e o aparecimento, em Cachoeira Porteira, de empresas de serviços, como a Andrade Gutierrez e a Engerio, servindo ao projeto da Eletronorte na construção da Hidrelétrica da Cachoeira Porteira.

A sede urbana da empresa, Porto Trombetas, situada à margem direita do Rio Trombetas e distante 80 km de Oriximiná, conta atualmente com 7.500 habitantes, servidos por infra-estrutura social elogiável. Seguindo o modelo de cidade fechada, linha de intervenção priorizada pela sua principal acionista, a Companhia Vale do Rio Doce, o Projeto Trombetas foi planejado com todo o rigor de um empreendimento enclave, recolhido sobre si mesmo.

Inaugura-se com a chegada de grandes projetos na Amazônia - particularmente promovido por empreendimentos hidrelétricos e minerais -, a prática do cadastramento das populações residentes nas áreas pretendidas pelas empresas, com um discurso que pressupõe que sua propriedade está sendo ameaçada pelas populações. Duas dimensões podem ser percebidas: a primeira, negação da ocupação anterior do território e invisibilidade expropriadora; segunda, a inversão da concepção de direito, pois a empresa subverte regras e estatutos da presença étnica ou socialmente definida por cabocla na área, impondo outra relação social e do homem x natureza. A Eletronorte e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), são exemplos a serem particularmente examinados. Na construção das hidrelétricas de Tucuruí (Pará) e Balbina (Amazonas), a Eletronorte teve no cadastramento, instrumento de controle, de pressão e de expropriação contra pequenos produtores rurais e pescadores, habitantes nas áreas dos atuais reservatórios. A CVRD prossegue no cadastramento de pessoas residentes em sua Área de Proteção Ambiental e nas cintas que contornam os Projetos Salobo e Ferro Carajás. Mas o cadastramento da Albrás, em Barcarena, seguiu também as mesmas trilhas excludentes, afastando as denominadas famílias de caboclos tradicionais, ribeirinhas da zona onde se encontra assentado o complexo industrial.

Com a Mineração Rio do Norte, pela primeira vez na Amazônia, esse mecanismo atinge populações remanescentes de quilombos, identificadas étnicamente e pelo domínio do território. Por isso, o cadastramento da MRN atinge as comunidades para além de Boa Vista até Cachoeira Porteira, unidas pelas relações de parentesco. Laços culturais são sistematicamente ignorados pela nova frente branca, incapaz de perceber as contradições entre localismo (prática empresarial) e totalidade (concepção comum). O cadastramento tem ainda o papel de deslanchar um processo arbitrário de diferenciação do grupo. As crianças negras são distinguidas entre as que tem e as que

não tem direito à escola de Porto Trombetas (MRN); os doentes que podem ou não ter acesso a médicos e ao hospital; famílias com ou sem ficha de entrada no supermercado. O cadastramento é portador de conflitos e, por isso, percebido como unidade de controle sobre o espaço e os movimentos no interior do Trombetas. Razão pela qual há uma estratégia de recusa, por parte dos negros, ao entendimento e submissão da regulação imposta pela prática da empresa.

Um segundo ponto a destacar, resulta na apropriação das terras de trabalho. A Mineração Rio do Norte adquiriu e legitimou a posse sendo proprietária de terras na extensão de 400.000 ha, acompanhando a margem esquerda do rio Trombetas, incluindo a comunidade de Boa Vista. (Iterpa - Oriximiná) 1971).

Subseqüentemente, os passos da expropriação foram materializados em propostas aos remanescentes de quilombos para saída do território. As narrativas dos moradores, direciona-se no sentido de examinar sua perda de capacidade no controle sobre o território, com a chegada de novas famílias ao povoado e a proibição de botar roça, coletar castanha e caçar. A ameaça recai sobre seu modo de vida, pois a produção agro-extrativa é condição fundamental à manutenção de sua autonomia econômica e cultural.

Duas margens, direita e esquerda, apropriadas sob a matriz empresarial privada (MRN) e a pública (Ibama), apoiadas pela cumplicidade da Polícia Federal, excluindo antigos moradores na nova ordem que aí se instala.

Na lógica do empreendimento há negação da economia e agro-extrativa e das formas de produção familiar. As proibições e as decisões imperativas, incidem sobre o trabalho e a reprodução desses camponeses. Impedem que a atividade-trabalho se realize dentro de padrões selecionados pelo grupo, com seus ritmos e movimentos, suas jornadas prolongadas ou abreviadas, segundo as regras integrativas com o tempo da natureza. O discurso que afirma o regime assalariado ofertado pela MRN como valor, carrega consigo a negação do trabalho

autônomo, pelo caráter improdutivo, portanto, não-valor. O desenvolvimento auto-sustentado da economia agro-extrativa em várias áreas da Amazônia, é testemunho de preservação dos ecossistemas amazônicos, de manejo e integração, numa relação equilibrada entre homem e ambiente natural nas experiências de seringueiros do Acre e de castanheiros do Pará. Mas, esse saber acumulado na recriação da vida em diferentes gerações, não constitui objeto de exame, nem de reconhecimento, por parte de empresas promotoras de enormes impactos depredadores sobre os ecossistemas.

Esse é o dilema que nos parece central nos processos novos vividos na fronteira amazônica, particularmente com o avanço da economia industrial. As diferenças de tempo são potencializadas. Modelos distintos colocam-se frente a frente. Fato esse suficientemente dramático para os que não tiveram, na construção de estratégia de poder e de domínio, segundo a lógica de acumulação, seu primado e seus valores. Nessa correlação de forças, o processo provoca, sobre protagonistas mais fragilizados, uma profunda transformação pela destruição de traços culturais e do ecossistema.

Boa Vista foi perdendo, progressivamente, as características que marcam as demais comunidades no Alto Trombetas. Para os que passam, simplesmente é um beiradão. Termo, pouco a pouco, absorvido no linguajar dos negros do Trombetas, desconhecendo, talvez, seu conteúdo pejorativo que evoca a presença das corrutelas e da pobreza, rosto social que acompanha os grandes projetos na Amazônia. A tela pintada é de uma favela ribeirinha. Perdeu a unidade com a floresta, o rio, os ventos, os pássaros, enfim, a cultura extrativista, visível nos restos de material recolhidos na MRN para construção de seus barracos, mas também na dependência do salário para refazer seu ciclo reprodutivo.

## Comunidade de Cachoeira Porteira

A Andrade Guttierrez, organizada por empresários tradicionais no setor de construção civil, tem, na Amazônia, uma vinculação direta com projetos de infra-estrutura e de colonização privada. Instalou-se no município de Oriximiná, participando na construção da estrada Perimetral Norte (Pinto, 1986), responsabilizada na abertura de um ramal de 200 km partindo de Cachoeira Porteira. Algum tempo depois, foi contratada pela Mineração Rio do Norte para cortar lenha, que alimentaria o processo de produção de energia no beneficiamento da bauxita. Fornecia madeira retirada da área prevista para formação do lago (reservatório) da hidrelétrica da Cachoeira Porteira.

O relacionamento da Eletronorte, pela via da empresa Andrade Guttierrez, com os moradores da Cachoeira Porteira, detém elementos importantes que definem as linhas conflitivas e as tensões comuns nesse tipo de intervenção. Primeiro, a firma estabeleceu-se com um super-poder local. Ela autorizava a entrada de novos moradores no povoado. As roças antigas e maduras dos moradores foram destruídas para edificação do acampamento. Uma entrevistada, membro da família Vieira, em visita ao povoado depois, de vários anos de ausência, foi refazer a memória dos antepassados e constatou que em 15 anos de presença da firma, haviam desaparecido referências antigas. Com a colaboração da tia, confirmou antigos lugares onde sua avó havia vivido e deixado marcas: "Era com certeza, ainda tem coisa ... ainda... ela foi me mostrando uma árvore que era planta nossa, pau-d'angola" (entrevista, em out. 1990).

O movimento provocado pelo empreendimento em Cachoeira Porteira, gerou uma migração transitória de pessoal técnico e, sobretudo, de trabalhadores braçais. Estabeleceram-se duas formas de relacionamento dos antigos moradores com os recém-chegados. O emprego de mulheres negras nas casas de técnicos, rompendo com a participação no trabalho familiar da roça e o assalariamento

temporário de homens nas obras; ambos instáveis e mal remunerados. Para as mulheres foram empregos domésticos, lavagem de roupa, cozinheira e babá. Não faltaram estímulos e condições para o aparecimento da prostituição. Os trabalhadores braçais migrantes, concorriam com os moradores, especialmente os jovens que começaram a fichar-se para a empreiteira. Ambos passaram a compor o quadro de assalariados locais. As roças, com menor força de trabalho familiar, ficaram reduzidas e o sistema de ajuda foi abalado com essa transferência.

A empresa começou a desativar o acampamento, saindo em 1989. Os contratos de extração de madeira foram suspensos. Às pressões políticas, sobretudo do movimento ecológico e de barragens, juntaram-se as vozes de cientistas, jornalistas e outros grupos comprometidos com a amazônia, repercutindo fortemente em setores internacionais, capazes de exercer poder e influência. O Relatório de 1989 da MRN, precisa o encerramento em 31.10.90 do contrato de fornecimento de madeira para a produção de lenha - madeira nativa -, utilizado na planta de secagem de bauxita, sendo substituído por óleo combustível.

Com a paralização das obras, o lugar tem o ar de um povoado abandonado. Das casas do acampamento, em fins de 1990, apenas 18 estavam ocupadas. Esse patrimônio aguarda o reativamento com a projetada construção da hidrelétrica que materializará maior agressão a esse ecossistema. A presença da Engerio e de outras firmas é uma constante, realizando sondagens, refazendo medições, que com outras justificativas mantém a intervenção agressiva sobre a vida das comunidades.

A área delimitada pela Reserva Biológica do Trombetas, tem seus limites abaixo, por trás e em cima de Cachoeira Porteira, justo no Lago Pacoré, significando proibições de plantio de roça, caça, pesca e até de banho para os moradores. Cachoeira Porteira encontra-se ilhada.

O cercamento de terras e águas, inaugura uma impossibilidade. A rigidez de normas e de policiamento da Reserva Biológica, é representada por eles como um novo cativo. De forma concreta materializa-se o ilhamento da comunidade. A autoridade institucional impõe limites, definidos dentro do projeto econômico e político, excludente do grupo negro, induzindo à miséria absoluta.

Os canais de mobilidade social para alguns dos empregados Andrade Gutierrez são muito estreitos comparados com os benefícios outorgados aos protegidos. Alguns moradores falavam de fazendas (gado) na Reserva Biológica, que constatamos, e de ações de comerciantes e outros que não são sancionados pelo Ibama, manifestando tratamento desigual e até cumplicidade. A idéia é de ser a Reserva, um gargalo onde negro não passa.

Destrói-se a atividade econômica que vincula, organizadamente, a etnia ao seu mundo religioso, cultural e político, construído ao longo do tempo. A Cachoeira encerra lugares de privilégio, do banho, de curas. A água está prene de magia.

### A Comunidade de Mãe Cué: Conflitos e Fronteiras

Centenas de moradores de Mãe Cué encontram-se nessa caracterização que vimos realizando, de tensões e conflitos com agentes e atores externos, numa situação especial, por terem sido desalojados três vezes. A primeira, quando a Mineração Santa Patrícia/Jari entrou na áreas; a segunda, o deslocamento sob violenta pressão, com o decretado da Reserva Biológica do Trombetas, quando foram expulsos da margem esquerda do rio e algumas famílias extremamente atemorizadas, reocuparam a margem direita. A terceira, quando a Alcoa Mineração S.A. (reempree de as pesquisas e sondagens na mesma área do Jari, da qual comprou as concessões. As tensões estavam nas relações com administradores e pessoal do Acampamento de Cruz Alta. Aliás, os depoimentos insistem no relacionamento conflitivo até o presente.

As primeiras famílias do lugar Terra Preta instalaram-se por volta de 1900, migraram do Lago do Macaco, fixando as primeiras casas próximas do igarapé Terra Preta. Os avós e pais de um entrevistado, tinham colocação de castanha no Lago Jacaré (castanhais sob controle de Raimundo Costa Lima). Viviam metade do ano naquele lago, no período da safra de castanha, e no tempo de abrir as roças, regressavam à Terra Preta. Quando entrou a Mineração Santa Patrícia, na década de 70, encostada no igarapé, alguns homens começaram a trabalhar nas obras. Um deles trabalhou durante três meses "cavando poço" e declarava o horror do serviço de estar 20m no fundo da terra. A curta experiência de assalariamento e as condições de trabalho radicalmente diferentes, o fizeram desistir. As máquinas da firma chegaram para abrir a estrada até o que havia sido determinado como localização do acampamento, estrada essa, traçada anteriormente, no tempo de extração de pau-rosa. Ela passava o igarapé do Jará. Dessa fase, a firma retirou sob coação, a família que morava na boca do igarapé Terra Preta.

A empresa sentiu-se com poderes plenos e fixou valores minguaados da indenização pelos plantios de mandioca, de milho e frutais. Os atos seguintes da firma foram de convencer para sair, oferecendo indenização, e os que se negaram, foram ameaçados pela polícia, inclusive de prisão. Os policiais fixaram um acampamento e permaneceram um tempo montando guarda. Os menos bravos e sem condições de continuar a briga receberam menos dinheiro, os mais bravos e firmes sentaram pé no lugar.

Quando os executores locais do decreto de criação da Reserva Florestal e Biológica do Trombetas começaram a agir na área, encontraram os ex-moradores de Terra Preta em fase de adaptação às novas localidades. Alguns acostumados a beira do rio haviam procurado refúgio nos lagos e retomavam roças e quintais. A prática de relacionamento do IBDF com os moradores não se diferenciou das empresas: aviso de saída com prazo de 24 horas e utilização da força,

situações que geraram profunda instabilidade do grupo. Um entrevistado, foi morador dos mais antigos e vítima das três situações, com a Mineração Santa Patrícia, Ibama/IBDF e Alcoa.

Os interesses econômicos e políticos e - alguns escapam ao mais atento observador da realidade amazônica em relação a projetos de tamanha implicação social - nesse tipo de intervenção, colidem radical e brutalmente com os interesses modestos da comunidade, que experimenta o crescimento de uma muralha ao redor. Nem na Reserva, nem nas terras sob concessão da Alcoa Mineração, podem tirar madeira, pescar, caçar, passear. É importante frisar que o pretexto da unidade de conservação, coincidindo na Reserva Biológica não significa afastar a devastação e a destruição do ecossistema. A interrelação de área sob intervenção (a exemplo de centenas de hectares desmatados para construir as instalações industriais e urbanas de Porto Trombetas) com os espaços intocados da Reserva Biológica, são dois pólos de um ambiente modificado, onde é arriscado definir uma única unidade de conservação capaz de reabsorver os danos e perturbações sobre o ecossistema.

Como o resto das localidades examinadas na presente pesquisa, Mãe-Cué experimenta uma situação de insegurança. Por motivos diversos, encontram-se sem informação que lhes permita identificar perspectivas futuras, mesmo as mais próximas. O Projeto da Alcoa Mineração S.A., a "vizinha", os coloca diante o exemplo patético da comunidade de Boa Vista, em relação à MRN, e nesse sentido, reconhecem como indesejável aquela experiência e não conseguem vislumbrar diferenças em termos de política de empresa.

As vozes do grupo étnico fornecem o discurso de uma situação, dificilmente rebativeis de antagonismo com as empresas e o Estado. Esse dado tem uma significação nova na forma de disciplinamento das comunidades, para uma tarefa de reconquista e de reivindicação de suas terras com base em direito particular à territorialidade. Na ocasião da visita de campo, identificamos nas margens dos rios, placas fixadas

nas árvores pela Associação das Comunidades de Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná, indicando que aquelas terras formam seu patrimônio. O grupo incorpora uma prática política de esclarecimento à comunidade regional, nacional e, inclusive internacional, sobre a problemática que os atinge, desenvolvendo formas de pressão junto às esferas institucionais, que avaliam e decidem sobre licença de instalação de empreendimentos econômicos em suas terras. Constitui-se um quadro crítico, envolvendo como interlocutores, o Estado, o grupo, as lideranças do rio Trombetas e a empresa.

As gerações de moradores da comunidade Mãe Cué defendem o direito às suas terras, não reconhecidos nos atos legais e políticos que permitiram a concessão original das terras a Daniel Ludwig, e posterior transferência de reservas da Mineração Santa Patrícia à Alcoa Mineração (1980). A legítima inquietação da comunidade tem provas, sinais e alarmes inconfundíveis em relação à nova empresa - Alcoa Mineração S.A. - que, superpondo-se aos seus domínios, representa um perigo total de perda das suas condições de vida e de produção, e ainda de riscos praticamente inevitáveis de poluição das águas, do ar e da floresta. A desconfiança instalou-se de forma total em relação ao convencionalmente denominado benefício social (assistência médica e educacional). No balanço de perdas e ganhos do projeto, os remanescentes de quilombos ratificam a recusa à aceitação de implantação do projeto, e o encaminhamento imediato de seu pleito de demarcação e titulação definitiva das terras, num projeto comum a todos os antigos moradores e sua descendência na região do rio Trombetas, apoiados no Art. 68 da Constituição Federal.

### **Terra, Modo de Vida e Ecologia**

Não é simples entender, traduzir as representações envolvidas no medo à liberdade como expressão forte de um processo real de ameaça,

- o medo da escravidão. Ambos estão nas falas do grupo étnico como necessidade e alerta.

Como os negros do Trombetas têm reagido às situações de agressão e reelaborado mecanismos de defesa e discursos, opondo-se às ameaças que os rodeiam no presente? O confronto principal refere-se à terra. Como expusemos acima, o avanço do mundo branco significou, sob formas mais ou menos radicais, a aplicação de instrumentos jurídicos que tencionaram passar por cima de suas experiências de domínio da natureza e de ocupação. Evidentemente, esse tipo de agressão armou-se de um dispositivo ideológico-político capaz de permitir a dominação e submissão e encorou-se no silêncio, no relativo isolamento do Médio e Alto Trombetas, do Erepecuru e Cuminá.

O Negro do Trombetas esteve nos discursos citadinos de algumas décadas atrás, mas figurando como metade legenda/metade realidade. As manifestações anteriores de conflitos, encerravam-se no contato interpessoal e a violência direta podia ser o padrão de resposta admitida pelos dominadores. No entanto, a identidade étnica conseguiu refazer espaços no alinhamento das necessidades de fortalecimento grupal, de estabelecimento das diferenças, recriando, na subjetividade, o nós negros.

## **Reconstruindo Identidades e Formas de Resistências**

O que se configura como desterritorialização nos desdobramentos das políticas empresariais e governamentais, foi sinteticamente apresentado neste quadro. À primeira vista, é o cerceamento da liberdade, de restrição ao uso de paragens, de impor limites incompreensíveis, estabelecidos arbitrariamente e autoritariamente, alheios a qualquer processo de negociação e diálogo. Estabeleceu-se uma forma consagrada de dominação de classes e raças. Com a entrada de novos atores empresariais e governamentais no Alto e Médio Trombetas, os cursos d'água tornam-se inatingíveis, igualmente

castanhais, campos de caça, lugares de culto. Como reagir a essa interferência? Nem sempre estabeleceu-se um único código, um comportamento político modelar. As reações do mais ancião da comunidade de Boa Vista, foi negociar e estabelecer vínculos ambíguos com os chefes da MRN, e, passado os anos de sua função de mediador entre as empresas e os trabalhadores negros, ele revela ter conservado na memória os gestos amistosos, paternalistas ou simplesmente autoritários, da gerência da firma. O seu neto foi demitido pela participação na greve de 1990, que eclodiu na Mineração Rio do Norte, enquanto outro, encaixa-se na figura de Operário Padrão, mas resiste a ocupar a moradia que a empresa oferece em Porto Trombetas aos trabalhadores, acatando a recomendação materna.

Ante a desestruturação social e cultural espelhada nos migrantes que se transferiram à cidade de Oriximiná, ou que vivem em Boa Vista e Cachoeira Porteira, os menos atingidos organizaram outra defesa, que se assenta basicamente na permanência na terra. Mas ainda há necessidade de refazer estratégias que penetrem em níveis subjetivos. Estão elaborando os modos de reafirmar a pertença aos grupos familiares e comunitários. Na ocasião do trabalho de campo, comentava-se o movimento de retorno às cachoeiras, as iniciativas de fazer cerâmica, a busca de suas raízes e de elos com os movimentos de outros grupos negros em situações semelhantes no Maranhão e Mato Grosso. Mas, certamente, é no campo dos reencontros familiares e grupais que apostam para reforçar a identidade. Esse movimento refaz articulações no coletivo da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na Associação dos Atingidos por Barragens, na aproximação com entidades como o Centro de Estudos de Defesa do Negro no Pará e com a Comissão Pró-índio. Estabelecem-se os campos de mediação com a igreja local e experimentam entrar na malha de interesses e propostas políticas.

Praticamente, nestes últimos cinco anos, estão girando no universo de mobilização política que os coloca a interagir freqüentemente com representantes políticos. Essa relação os dispõe para definir posição sobre projetos (tipo as anunciadas sobre loteamento das terras ou de assentamento nos estilos do Incra), para formular suas propostas em obediência ao artigo 68 da Constituição, garantindo direitos legais às terras ocupadas por seus antepassados, ou busca de um direito alternativo que responda às suas demandas legais.

Mas, necessariamente, o movimento encontra-se num âmbito de poderes e relações muito complexos, exigindo lapidar contatos na cidade, construir uma rede para manter-se informado e alerta, mas também de abertura de campos de atuação e de estabelecimento de alianças. Esse exercício de formação, guarda elementos de sua cultura e de reações políticas que são elaboradas numa reflexão demorada e não impositiva sobre o acatamento de algumas direções. Esse universo político deseja não cristalizar os modelos, os discursos, porque eles têm outra apreciação de sua história e internalisaram outras leituras do seu presente. O campo original de reconstrução, diante do choque contemporâneo, pode encontrar-se na linguagem de resistências. Os velhos, especialmente, são os portadores das imagens do passado e do presente, e conferem a dimensão da liberdade e escravidão, enquanto os jovens refletem sobre liberdade e discriminação. Cada discurso comporta as aquisições de um fazer político, que exigiria novas investidas teóricas e atenção em escutar as vozes que se levantam.

Diante a destruição da "Mãe da Terra" é da "Mãe da Água" - como referem-se às relações com a natureza em documento levado ao Tribunal sobre os "Povos da Floresta", realizado em Paris, em outubro de 1990 -, em ritmo vertiginoso e escapando do seu controle, tem elaborado discursos de alerta (em músicas, descrição de conflitos, gestos). Eles procedem da empíria e da sensibilidade, colocando-se ao lado da natureza. Seus sentimentos e reações nessas peças discursivas humanizam o mundo animal, associado a uma existência que deve ser

restabelecida em valores de respeito à condição humana. Identificam a onça, a guariba e a tartaruga por reações e sentimentos. Assim vão explicar e acompanhar suas migrações na floresta e nas águas, como fuga, pois o que era límpido e povoado de árvores, está sendo perturbado. A idéia de uma tempestade ocupa as imagens da natureza, transformada em correspondência e objetivos desequilibradores. Músicas, estórias, frases, são recursos para aprender os elementos concretos e simbólicos da destruição do ecossistema do Trombetas, que procede com grande intensidade às mudanças na ordem da natureza e portanto de suas vidas.

As referências do passado, de respeito dos antigos pela natureza - manejo de caça, viração de tartarugas, reciclagem e uso da terra - avivam-se pouco a pouco na memória, valorizadas pela comparação com os processos que vêm, desde fins da década de 70, alterando os ecossistemas nesse vale. Os sinais são esquadrihados: circulação de barcos de grande porte, manchas de óleo, violação de nichos de reprodução de tartarugas (tabuleiros), desaparecimento de espécies de madeiras (cumaru, pau-rosa), de animais de caça (guariba), lama de bauxita em lagos e cursos d'água. Presente que alimenta imagens projetadas ao futuro, reativando reconhecimentos e medos sobre os limites da natureza. Nos cânticos de compositores de Cachoeira Porteira, essas constatações dirigem-se a projetos de construção de hidrelétricas, perquirindo os impactos negativos dessas intervenções no ambiente.

Sobre a realidade da área do Trombetas - como, por sinal, em quase toda a Amazônia - montam-se discursos sobre a preservação ambiental. Parece inquestionável a necessidade de decifrar esses discursos, e em especial as práticas, segundo seus atores e interlocutores. Se os denominados "Filhos do Trombetas" construíram na cumplicidade com a natureza, atando laços de intimidade entre mundo social e natural, uma noção de totalidade - síntese da diversidade -, seu discurso não poderia ser descolado das práticas de

reprodução social e ambiental. Daí porque mobilizam esforços para decifrar o campo em que se formula e transita um outro discurso ecológico; o das empresas, o do Estado, articulados no interior de um sistema arbitrário e dominador, responsável pela deterioração e desnaturalização do mundo, razão pela qual, na questão ambiental na Amazônia, tem se revelado o acirramento de novos confrontos. Qual o substrato dessas relações conflituosas? A resposta exige a compreensão de como esses discursos, construídos sobre e na Amazônia, traduzem estratégias de avanço sobre territórios e seus recursos, negando as identidades e os modos de vida de extratores, agricultores, camponeses nesse ambiente.

Por isso que se multiplicam as denúncias de camponeses, de pescadores, de grupos indígenas, dos denominados ribeirinhos sobre as novas estratégias de controle dos territórios praticadas pelas empresas, no afã de refazer as tradicionais trajetórias de usurpação. Os negros do Trombetas aliam-se, pouco a pouco, a segmentos mobilizados, responsáveis pela construção de atos e sujeitos políticos na contemporaneidade da Amazônia.

Nesta perspectiva, nós encontramos seu ser político e seus discursos. A singularidade desse fazer político, pouco padronizado pelas mediações (igreja, partidos e entidades), talvez explique o processo de adotar decisões e de refazer estratégias políticas, primeiro no interior de um campo não comportamentalizado, não oficializado. Daí o caráter cooperativo, de ajuda, que a Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos passa a articular como sua forma vital. A resposta fundamental estaria sendo dada a partir de duas questões: quais os nexos entre estar no movimento e tecer os elos étnicos das comunidades? quais as reações encadeadas ao encontrar-se frente a problemas, como a ameaça às suas terras, decisões sobre forma de lutar pela demarcação das terras e ainda, como transitar e quais ações institucionais empreender diante as instâncias políticas?

## Conclusão

Procuramos avaliar, mensurar e conferir os impactos que mais um projeto de mineração pode provocar na vida dos negros do Trombetas. O entendimento desse campo sócio-antropológico, exigiu uma elaboração que teve como ponto de referência o reconhecimento histórico desses grupos. A partir dele, sem dúvida, encontra-se a legitimidade jurídica do seu pleito. A profunda percepção das estruturas econômicas e culturais e da organização social do grupo, somente poderia realizar-se como ferramentas analíticas e trabalho de reconhecimento em campo, que permitisse entender a vida social, ao contrário do que se convencionou nos manuais de impactos. Essa preocupação compartilhada por nós, converge para um ponto: somente esse conhecimento do sistema social que sofrerá uma intervenção, possibilitará minimizar, "se isso é possível", o impacto de qualquer tipo de intervenção, como escreve Sigaud (1988: 108). Nós perguntamos: como os projetos examinados poderão minimizar a perda da terra? com uma dúzia de empregos? com uma escola e um posto médico? O que ocorrerá com valores sócio-culturais que presidem a solidariedade do grupo, expresso nas suas formas de trabalho se os membros adultos engajam-se no trabalho assalariado ou doméstico? O fundamental é saber como evitar as perdas e a desestruturação do presente histórico, porque durante quase dois séculos essas comunidades viveram e produziram sobre essa terra, sua existência material e social.

Procuramos desenvolver um estudo de dentro das comunidades, partindo do presente e procurando sua história, na contemporaneidade, para valorizar e legitimar seus direitos e a pertinência de suas reivindicações. A ancianidade da ocupação desse grupo, envolve questões sobre a formação do campesinato na Amazônia. É sua história e o processo de afirmação, que lançam luzes sobre os elementos de coesão, de identificação étnica. Eles respondem por um tipo de campesinato diferente das formas estruturadas na recente dinâmica

econômica e social da Amazônia. As reivindicações não poderiam ter argumentos mais fortes: - a ancianidade da ocupação e os direitos de permanência nas terras conquistadas e adquiridas num processo de pelo menos dois séculos. A autoridade para definir seu destino em espaço de autonomia, deve ser reconhecida, respeitada por governantes, aparato político, empresas, entidades diversas, igreja e aqueles que deixam as marcas de sua intervenção sobre o presente e o futuro desse grupo social.

## Bibliografia Consultada

- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. *Du Travail Esclave au Travail Libre: Le Pará (Brésil) sous le Regime Colonial et sous L'Eempire (XVII e XIX e Siecles)*. Paris, 1985. Tese (Doutorado). École des Hautes Etudes en Sciences Sociales.
- \_\_\_\_\_, Espaço para Atividade Fabril na Recuperação Pós-Cabanagem. In: Encontro Nacional de Economia, Belo Horizonte, 1988. *Anais...* Belo Horizonte, ANPEC, 1988. p.
- \_\_\_\_\_, CASTRO, Edna M.R. - "Negros do Trombetas: Guardiães de Matas e Rios". Belém, NAEA/UFPA. 1990
- AGIER, Michel. *Os Lugares da Negritude: Etnicidade e Identidade Social entre Trabalhadores da Moderna Indústria Baiana*. Caxambu, 1990 (mimeo).
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras de preto, terras de santo, terras de índios: uso comum e conflito. In: Castro, Edna, Hébette, Jean (orgs). *Na trilha dos grandes projetos modernização e conflito na Amazônia*. Belém, UFPA/NAEA, 1989. p. 163-96. (Cadernos Naea, n. 10)
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Pará, TYP. SANTO & MENOR, 1839.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território Negro em Espaço Branco*. São Paulo, BRASILIENSE, 1988.
- \_\_\_\_\_, Terras Negras: Invisibilidade Expropriadora. In: Congresso Internacional da Escravidão. São Paulo, 1988. *Anais ...* São Paulo, S. ed. 1988.
- BARROS, Myriam. *Autoridade e afeto avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro, JORGE ZAHAR, 1987.
- BASSIT, Ana Zahira; CIAMPA, Antônio da Costa e COSTA, Márcia Regina da (Org.). *Identidade: Teoria e Pesquisa*. São Paulo, EDUCA., 1985.
- BASTOS, A.C. Tavares *O Vale do Amazonas: a livre navegação do que, a um só tempo referem-me e negam a administração sediada em Imperatriz, para apresentarem a reivindicação especial do distrito, a emancipação política*. Amazonas, estatística, produção, comércio,

- questões fiscais do Vale do Amazonas. 3 ed. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1975.
- BOURDIEU, Pierre. *Ce Que Parler Veut Dire - L'Economie des Échanges Linguistiques*. Paris, FAYARD, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, PERSPECTIVA, 1974.
- CASTORIADIS, Cornelius. *As Encruzilhadas do Labirinto*. São Paulo, PAZ e TERRA, 1987.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de. *Do Castanhal à Fábrica*. In: Padrões Tecnológicos e Políticas de Gestão: Processos de Trabalho na Indústria Brasileira. São Paulo, USP/UNICAMP, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Resistência dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí e Construção de Identidades*. In: CASTRO, Edna e HÉBETTE, Jean - "Na Trilha dos Grandes Projetos". Belém, NAEA/UFPA, 1988.
- COUDREAU, Otille (Org.). *Voyage au Trombetas (7 aout 1899-25 nov. 1899)*. Paris, A. LAHURE, 1900.
- \_\_\_\_\_. *Voyage an Cunina*. Paris: A. Lahure, 1901. EMMI, Marília. *A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais*. Belém, NAEA/CFCH, 1988.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *O Negro na Fala do Branco: O discurso de Madame Coudreau sobre os mocambeiros do Curuá*, 1989. Trab. de Conclusão de Curso. UFPA/Depta. de História.
- FOUCOULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo, GRAAL, 1982
- GODELIER, Maurice. *L'Idéal et le Matériel: Pensée, Économies Sociétés*. Paris, FAYARD, 1984.
- GOULART, José Alípio. *O Regatão: Mascate Fluvial da Amazônia*. Rio de Janeiro, CONQUISTA, 1986.
- GUATARRI, Felix. *A Revolução Molecular*. São Paulo, BRASILIENSE, 1981.
- LONCAN, André. *Les Esclaves Fugitifs dans les Relations Guyane Brésil, à travers les Archives de la Guyane (1713-1860)*. Belém, Seminário Escravidão Africana na Amazônia, 1989.

- MIRANDA, E. et al. Efeitos das Barragens do Xingu - Uma Avaliação Preliminar. In: SANTOS, L.A.O., ANDRADE, L.M. *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*. S. Paulo, Comissão Pró-Índio, 1988.
- OLIVEIRA, Roberto C. de. Identidade étnica, identificação e manipulação. In: *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo, PIONEIRA, 1976.
- \_\_\_\_\_, Reconsiderando Etnia. In: *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo, PIONEIRA, 1976.
- REIS, Arthur Cesar Ferreira. *História de Óbidos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Brasília: IN: Belém, Governo do Estado do Pará, 1979.
- SALLES, Vicente, O rastro dos mocambeiros do Trombetas. *A Província do Pará*. Belém, 3 de jun. de 1984. c. 2. p. 3.
- SIGAUD, Lygia. Efeitos Sociais de grande projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Alachadinho. In: ROSA, Luiz Pinguelli et al. *Os impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares*. São Paulo, AIE/COPPE, Marco Zero/CNPq, 1988.
- THOMPSON, E. P. *Senhores & Caçadores*. Rio de Janeiro, PAZ e TERRA, 1975.

*No país de samba, até a vida política dança ao ritmo do carnaval. Muitas luzes, muito som, fogos de artifício, desfile de estrelas, destaque: alguns dias de euforia, de glórias. Depois a volta ao real, a rotina do cotidiano, a ressaca. Até o próximo carnaval.*

**Jean Hébette**

*Esta obra resulta do seminário "Grandes Projetos, Desorganização e Reorganização do Espaço", promovido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - Universidade Federal do Pará - e Associação Nacional de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (ANPUR). Os artigos aqui contidos foram elaborados na perspectiva de avaliar as políticas desenvolvimentistas centradas sobre um modelo de "investimentos de grande porte". A intenção inicial foi reunir estudiosos da área de desenvolvimento regional que partilhassem de interesses comuns no estudo dos processos de mudanças ocorridos em regiões onde foram instalados, na última década, grandes projetos industriais e hidrelétricos.*

**Edna Castro**

**ISBN 85-247-0123-4**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**